

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Antropologia e Arqueologia



**A importância das cotas como instrumento de reparação social/histórica: uma
análise do sistema de cotas raciais no Bacharelado em Antropologia da
Universidade Federal de Pelotas – UFPel**

Beatriz Helena Mendes da Silva

Pelotas, agosto de 2017

Beatriz Helena Mendes da Silva

A importância das cotas como instrumento de reparação social/histórica: uma análise do sistema de cotas raciais no Bacharelado em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas – UFPel

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Bacharelado em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Antropologia Social e Cultural.

Orientadora: Profa. Dra. Lori Altmann

Pelotas, 2017

Beatriz Helena Mendes da Silva

A importância das cotas como instrumento de reparação social/histórica: uma análise do sistema de cotas raciais no Bacharelado em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas – UFPel.

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado, como requisito parcial, para obtenção do título de Bacharel em Antropologia, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 28 de agosto de 2017

Banca examinadora:

Profa. Dra. Lori Altmann - (Orientadora) – DAA, ICH, UFPel
Doutora em Teologia pelo PPG da Faculdades EST

Prof. Dr. Cláudio Baptista Carle - DAA, ICH, UFPel
Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica – PUC/RS

Profa. Dra. Rosemar Gomes Lemos - Centro de Artes, UFPel
Doutora em Engenharia Civil – UFRGS

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço a Deus por me permitir chegar até aqui.

Agradeço a minha orientadora e amiga, que lá no início do curso me acolheu e deu sempre o apoio que precisei. Foram momentos únicos que vivemos juntas. Obrigado pela paciência e carinho.

Agradeço a minha família por todo apoio, que me dedicaram em todo o tempo de faculdade. Destaco meu pai e minha mãe, pelo exemplo de luta e coragem para seguirmos em frente e por estarem sempre junto de mim. A minhas irmãs e meus irmãos, que, de uma forma ou de outra, são sempre minhas grandes inspirações. Ao meu filho pelo apoio e carinho de sempre. A minha irmã Vanessa, pelo empenho sempre junto a mim e ao meu mano Sandro por tudo. As minhas sobrinhas Betiele e Julia, meus sobrinhos em especial Gregory e Felipe. “Tia Bia é rala” vou levar pra vida essas suas palavras. Amo vocês.

Aos meus amigos que nessa trajetória foram muitos especiais. A Regina e Edna. Aos meus colegas de trabalho, pois estiveram sempre comigo. Amigos das equipes UBS Guabiroba, UBS COHAB Fragata. Pronto Atendimento Capão do Leão e todas as UBS, que passei em minha caminhada neste município. Obrigada a todos vocês.

A meus interlocutores e minhas interlocutoras, que foram muito especiais para mim e para a pesquisa. Obrigada pelo carinho e atenção. Este TCC é de vocês também!

Obrigado em especial a Albio, que foi a primeira pessoa a me receber dentro do curso. Sempre esteve torcendo por mim.

Obrigado a todas/os as/os colegas do Curso de Antropologia, em especial, e em nome de todos/as, agradeço a Antonio Ernani e Marielena.

A todos e todas os/as mestres do Bacharelado em Antropologia, pois foram muito importantes na minha formação. Não foi fácil, mas valeu! Obrigado a todos/as vocês.

Resumo

SILVA, Beatriz Helena Mendes da. **A importância das cotas como instrumento de reparação social/histórica: uma análise do sistema de cotas raciais no Bacharelado em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas – UFPel**. 78 pp. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Departamento de Antropologia e Arqueologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, 2017, 53pp.

Este trabalho realiza uma análise sobre a importância das cotas raciais como um instrumento de reparação social e histórica à população negra, tendo em vista sua evidente exclusão social na sociedade brasileira. Tratarei acerca da conceituação do que são as cotas, especialmente nas modalidades “L2” e “L4”, de acordo com a Lei nº 12.711/2012, alterada pela Lei nº 13.409/2016. Farei, também, uma breve contextualização acerca do surgimento das cotas raciais, indicando como e onde aconteceu sua primeira aplicação. Após, discorrerei acerca da importância das cotas como instrumento de reparação às pessoas negras pelas demasiadas injustiças sofridas, apresentando, a seguir, algumas críticas às cotas raciais, mas que serão fortemente debatidas com diferentes autores. Por fim, dediquei o último capítulo para fazer uma análise das entrevistas realizadas com alunos/as cotistas e com servidores/as do Bacharelado em Antropologia e das instâncias responsáveis pelas Ações Afirmativas (CAPE, depois CID, e NUAAD) da Universidade Federal de Pelotas – UFPel, sobre o sistema de cotas raciais. Os pontos de maior relevância para este estudo foram: a) o ingresso do/a aluno/a cotista no curso de Antropologia da UFPel; b) a importância das cotas raciais e a constatação da existência preconceito no meio acadêmico; c) a permanência dos/as alunos/as cotistas; e d) as ações da UFPel com relação a efetividade das cotas raciais. Utilizou-se o método qualitativo, com pesquisa bibliográfica e documental, acompanhada por realização e análise de entrevistas.

Palavras-chave: Cotas raciais; Instrumento de reparação; Preconceito; Antropologia.

Lista de Figuras

Figura 1 Rendimento mensal pessoas brancas x negras. Fonte: PNAD 16

Lista de Abreviaturas e Siglas

CAPE	Coordenação de Ações Afirmativas e Políticas Estudantis
CCICE	Comissão de Controle na Identificação do Componente Étnico-racial
CID	Coordenação de Inclusão e Diversidade
CONSUN	Conselho Universitário da UFPel
EUA	Estados Unidos da América
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
NAI	Núcleo de Acessibilidade e Inclusão
NUAAD	Núcleo de Ações Afirmativas e Diversidade
NUGEN	Núcleo de Gênero e Diversidade
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PRAE	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
SAEE	Seção de Atendimento Educacional Especializado
UFPel	Universidade Federal de Pelotas
SI	Seção de Intérpretes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	08
2 COTAS RACIAIS NO BRASIL E AS MODALIDADES L2 e L4	12
2.1 Conceito de cotas raciais, fatores que levaram ao seu surgimento	12
2.2 Breve histórico do sistema de cotas raciais no Ensino Superior Brasileiro e legislações pertinentes.....	21
3 AS COTAS RACIAIS COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA AFIRMATIVA DE REPARAÇÃO SOCIAL E HISTÓRICA.....	25
4 O SISTEMA DE COTAS RACIAIS DENTRO DO BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA NA UFPel	34
4.1 Do ingresso na universidade pelo sistema de cotas e da importância das mesmas como reparação social.....	34
4.2 Da permanência de estudante cotista na UFPel	40
4.3 Das ações da UFPel com relação ao sistema de cotas raciais	43
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS.....	51
APÊNDICES.....	53
APÊNDICE A – RELAÇÃO DE ENTREVISTADOS/AS	54
APÊNDICE B – DEGRAVAÇÃO E1.....	55
APÊNDICE C – DEGRAVAÇÃO E2.....	58
APÊNDICE D – DEGRAVAÇÃO E3.....	62
APÊNDICE E – DEGRAVAÇÃO E4.....	66
APÊNDICE F – DEGRAVAÇÃO E5.....	71
APÊNDICE G – DEGRAVAÇÃO E6.....	75
APÊNDICE H – DEGRAVAÇÃO E7.....	78
APÊNDICE I – DEGRAVAÇÃO E8.....	80

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como foco de estudo o sistema de cotas raciais utilizado para adentrar nas universidades públicas do Brasil, discutindo acerca da efetividade deste sistema para a população negra, para que a mesma seja incluída social e economicamente em reparação à injustiça histórica sofrida e ao preconceito e discriminação existentes e persistentes.

Assim, o primeiro capítulo realiza uma conceituação sobre o que são cotas e o que são cotas raciais – objetivo deste estudo –, não aprofundando a respeito do acesso de outros sujeitos de direito como as pessoas com deficiência, indígenas ou brancas, que tenham cursado o ensino médio em escola pública, mas sim apenas as pessoas autodeclaradas pretas ou pardas nas modalidades L2 e L4 (vide BRASIL, 2012 e p.11). Este capítulo apresenta uma trajetória histórica do sistema de cotas e como este foi implementado no Brasil. Apresenta os fatores que levaram ao seu surgimento e as legislações pertinentes.

O segundo capítulo discutirá a finalidade das cotas raciais brasileiras, tendo em vista que as mesmas são utilizadas como instrumento de reparação social e histórica, visando igualdade a todas as pessoas. Serão apresentados argumentos de autores contrários a sua existência e rebatidos com autores favoráveis.

O terceiro e último capítulo, demonstrará como se dão as condições de permanência no curso de Antropologia da UFPel, através da reprodução de trechos de entrevistas transcritas, interpretadas e analisadas no corpo do trabalho.

A motivação para a presente pesquisa veio pelo intenso debate que existe sobre o sistema de cotas, em especial o sistema de cotas raciais, tendo em vista diversos movimentos de opositores contra sua existência. O presente trabalho busca rebater o argumento dos críticos no segundo capítulo, demonstrando, também, as legislações que fornecem amparo ao sistema de cotas brasileiro.

Por último, as considerações finais discorrem acerca da importância das cotas raciais como instrumento de reparação social, bem como analisa sua aplicação na

busca pela permanência na Universidade Federal de Pelotas e para o futuro sucesso profissional das pessoas cotistas.

É importante registrar que, apesar de me autodeclarar negra, não acessei a Universidade Federal de Pelotas através do sistema de cotas. Por outro lado, inicialmente tinha reticências em relação às cotas raciais, baseada num ideal de igualdade, sem levar em consideração a história da população negra no contexto brasileiro. Foi no decorrer do curso de Antropologia e, em especial, após me decidir por este tema para a minha monografia de conclusão de curso, que passei a entender a dimensão de reparação histórica reivindicada pelos movimentos negros.

No início de 2017, a Coordenação de Ações Afirmativas e Políticas Estudantis (CAPE) e o Núcleo de Ações Afirmativas e Diversidade (NUAAD) da PRAE (Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis), da UFPel, para o cumprimento da Lei nº 12.711/2012, realizou um Edital (001/2017) para seleção de membros para integrarem na Comissão de Controle na Identificação do Componente Étnico-racial (CCICE) dos/as candidatos/as que se autodeclararem negros/as (pretos/as e pardos/as) e indígenas nos processos seletivos da UFPEL. Esta comissão foi criada em decorrência de fraudes em auto-declarações por parte de pessoas do Curso de Medicina que ingressaram através de cotas raciais (L2 e L4), denunciadas pelo coletivo de Estudantes Negros e Negras da UFPel, denominado “Quem ri de mim tem paixão”.

Incentivada pelo setor em que trabalhava, inscrevi-me e fui selecionada para participar desta comissão, o que tem sido uma tarefa de muita responsabilidade, mas na qual tenho aprendido muito. Entrei como oriunda “da sociedade civil organizada” e, pelo fato de eu ser negra, como pertencente aos grupos étnico-raciais a que se refere este edital. Participo através da categoria de pessoas externas e como membro da comunidade, o que aumenta meu compromisso com os coletivos negros, para que seus direitos sejam garantidos e toda a fraude seja evitada.

Minha escolha de pesquisa foi, portanto, por uma temática que me é familiar. Neste sentido Gilberto Velho (2008) chama a nossa atenção para o fato de que temos que fazer um esforço de estranhamento, quando pesquisamos algo que nos é familiar. Por outro lado, nem sempre conhecemos aquilo que nos é próximo ou

familiar. Sobre a complexidade da categoria distância o autor menciona Da Matta (1984, pp.157,167-168) dizendo:

O que sempre vemos e *encontramos* pode ser familiar, mas não é necessariamente *conhecido* e o que não *vemos e encontramos* pode ser exótico mas, até certo ponto, *conhecido*. No entanto, estamos sempre pressupondo familiaridades e exotismos como fontes de conhecimento ou desconhecimento, respectivamente [...] (VELHO, 2008, p.126).

A discussão sobre cotas e ações afirmativas passou a ser algo familiar para mim, a partir da participação direta e institucional nessas temáticas, mas mesmo assim não possuía um amplo conhecimento, que busquei através desta pesquisa.

Ao pensarmos em pesquisa de campo na Antropologia logo acessamos a noção de pesquisa participante. Jeanne Favret-Saada problematiza esta noção tão cara à pesquisa etnográfica, dizendo que os textos clássicos em antropologia têm muito de observação e pouco de participação. Nesta monografia a ênfase está mais na participação do que na observação, como é entendida comumente. A autora diz ter adotado em sua pesquisa um dispositivo metodológico que não era nem observação participante e nem empatia (2005, p.155). Cito sua colocação a seguir:

Embora, durante a pesquisa de campo, não soubesse o que estava fazendo, e tampouco o porquê, surpreendo-me hoje com a clareza das minhas escolhas metodológicas de então: tudo se passou como se tivesse tentado fazer da “participação” um instrumento de conhecimento (FAVRET-SAADA, 2005, p.157).

Assim como a autora, entrei no universo das pessoas entrevistadas como uma parceira em busca de conhecimento. Existe muito de engajamento e envolvimento pessoal, de minha parte, em relação à temática e com o decorrer do tempo deixei-me afetar pelo campo. Exemplo disso é que algumas vezes me emocionei, quando as pessoas falavam de suas trajetórias de vida. Essa expressão de afeto, com intensidade específica, abre um canal de comunicação muitas vezes involuntária e desprovida de intencionalidade e que pode ser verbal ou não (Favret-Saada, 2005, pp.158 e 159).

As entrevistas se constituíram na principal ferramenta desta pesquisa e, muitas vezes, estiveram centradas em narrativas de trajetórias individuais. Cláudia Fonseca, em “Quando cada caso NÃO é um caso”, considera a importância do social para contextualizar histórias individuais, mas afirma também que “é possível

chegar a generalizações a partir de dados particulares” (1999, p.76). Assim, trabalhar prioritariamente com entrevistas pode ser uma potencialidade, mas também um risco.

2 AS COTAS RACIAIS NO BRASIL E AS MODALIDADES L2 e L4

As cotas raciais no Brasil foram criadas após a luta dos muitos movimentos sociais negros em busca da inclusão social e diminuição das desigualdades sociais e econômicas impingidas às pessoas negras, tendo em vista o longo histórico de escravidão, de sofrimento e de preconceito vivenciado.

Assim, no primeiro capítulo, será discutido acerca da conceituação do sistema de cotas no Brasil, com ênfase nas cotas raciais – objeto do presente estudo - , os fatores que levaram à sua criação e os argumentos que debatem sua existência, além de ser demonstrada a trajetória histórica da criação do sistema de cotas raciais.

2.1 Conceito de cotas raciais, fatores que levaram ao seu surgimento

Em primeiro lugar é importante destacar que o presente trabalho tem como foco o estudo as cotas classificadas como L2 e L4. A cota classificada como L2, de acordo com a Lei nº 12.711/2012, abarca candidatos/as autodeclarados/as pretos/as, pardos/as ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (BRASIL, 2012).

A cota L4, trata de candidatos/as autodeclarados/as pretos/as, pardos/as ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (BRASIL, 2012).

Em continuidade, trata do sistema de cotas como uma medida do governo, a fim de realizar reserva de vagas em instituições públicas para determinados segmentos historicamente excluídos da universidade, como, por exemplo, pessoas com deficiência, indígenas e negros/as, estas últimas, foco deste trabalho.

Uma ação afirmativa caracteriza-se por ser uma política de incentivo para indivíduos que sofrem desigualdades na sociedade, servindo para “compensar” a diferença sofrida e as perdas geradas pela discriminação (BRANDÃO, 2005).

Necessário ressaltar que a ideia de ação afirmativa surgiu nos Estados Unidos da América – EUA – na permanente luta dos negros contra o racismo existente no país. Surge esta nomenclatura em 1961, quando o presidente John F. Kennedy criou uma comissão chamada Oportunidades Iguais de Emprego, porém, segundo Brandão (2005, p. 06):

Somente quando os princípios dessa ideia foram incorporados pelos movimentos de defesa dos direitos civis dos negros, liderado por Martin Luther King, alguns anos mais tarde, é que medidas concretas foram adotadas. Segundo o professor Gay Orfield, da Universidade de Harvard (EUA), **as políticas de ação afirmativa se inserem no quadro das políticas concebidas nas décadas de 1960 e 1970 que “buscavam resultados concretos para melhorar as condições de vida das minorias”, não visando apenas à igualdade individual**”. (Grifo meu)

Ações afirmativas são entendidas como políticas tanto públicas quanto privadas, realizadas a fim de concretizar o princípio constitucional da igualdade material, bem como neutralizar as consequências geradas por qualquer tipo de discriminação, seja ela racial, de gênero, de idade, física e/ou de origem nacional. São ações que são, então, impostas e/ou sugeridas pelo Estado, entes vinculados ou entidades privadas, visando coibir e combater situações flagrantes e ocultas de discriminação (GOMES, 2003, apud BRANDÃO, 2005).

Assim, apenas a vedação da existência de discriminação não se demonstrou suficiente para se chegar à igualdade plena entre todos os indivíduos, tornando-se necessária a implantação de determinadas ações afirmativas, entre elas, o sistema de cotas para determinadas pessoas (GOMES, 2003)

Em razão dessa realidade, aduz Gomes (2003, p. 20) que:

Dessa nova visão resultou o surgimento, em diversos ordenamentos jurídicos nacionais e na esfera do Direito Internacional dos Direitos Humanos, as políticas sociais de apoio e de promoção de determinados grupos socialmente fragilizados. [...] o Direito passa a percebê-lo e a tratá-lo em sua especificidade, como ser dotado de características singularizantes. O “indivíduo especificado”, portanto, será alvo dessas novas políticas sociais. A essas políticas sociais, que mais nada são do que tentativas de concretização da igualdade substancial ou material, dá-se a denominação de ação afirmativa.

Voltando às cotas raciais, estas tratam-se, pois, de ações afirmativas aplicadas em certos países, buscando diminuir disparidades econômicas, sociais e educacionais entre pessoas de grupos étnico-raciais diversos.

E como funcionam as cotas para pessoas negras? Em suma, a pessoa deve assinar um documento – termo – em que se autodeclara preto ou pardo, sendo garantida ao mesmo a utilização dessa política afirmativa. Além disso, após a assinatura deste termo, em alguns casos, ainda poderá passar por uma entrevista – no caso de concursos públicos, por exemplo –, o que é causa de discórdia pela entrevista pessoal ser algo muito subjetivo e de conceitos próprios do/a entrevistador/a (MERELES, 2016).

É sabido que o sistema de cotas não se trata de um sistema perfeito e que contém aspectos passíveis de melhoria. Entretanto, não há como ignorar a necessidade de sua criação e utilização, tendo em vista o que será exposto a seguir.

Chega-se a um questionamento: porque as cotas raciais existem e quais fatores levaram à sua criação? Em primeiro lugar, alguns/mas pesquisadores/as atribuem o surgimento do sistema de cotas raciais ao conceito de equidade aristotélica. Isso porque o filósofo Aristóteles se baseava no pensamento de que se deveria tratar de forma desigual os desiguais, a fim de se garantir uma efetiva igualdade. Explico: Se dois sujeitos que vivem em situações completamente desiguais concorrem para algo, como um vestibular, nas mesmas condições, ocorrerá desigualdade (MERELES, 2016).

Assim, os que vivem em situações desiguais devem, pois, ser tratados de forma desigual – sendo-lhes concedidas ações afirmativas – para que possam, então, concorrer em igualdade de condições com os demais concorrentes.

Salienta-se que em nenhum momento descarta-se a necessidade do ensino básico público vir a ser mais qualificado e com melhores condições pedagógicas e de estrutura física. Entretanto, segundo Balduino (2004, p. 03):

Um dos argumentos muito comum contra as cotas é que o governo deveria cuidar de garantir a qualidade do ensino básico público dando isonomia de oportunidades com os egressos do ensino médio privado. Isto é uma verdade, mas que não anula a importância das cotas [...]. A implantação de cotas pode e deve ser simultâneo a medidas de qualificação do ensino médio público. Para discutir honestamente a melhoria da escola básica pública é preciso inicialmente lembrar as competências e responsabilidades constitucionais dos estados e municípios, portanto esta é uma demanda que deve ser respondida por estes níveis de governo.

Queiroz (2006, p. 717) também rebate os críticos à criação das cotas raciais, aduzindo que, “Esta polarização ampara-se em argumentos frágeis, principalmente se observados os dados de desempenho no vestibular e nos cursos, ou mesmo se analisadas as experiências de projeto de permanência de estudantes cotistas.”.

Demo (2008, p. 120-121) disserta acerca da desigualdade social:

[...] por ser história, ocorre condicionada por fatores que podemos mudar, porque, pelo menos em parte, é obra nossa. Igualitarismo significa, assim, a mudança que alcançamos impor na história. A desigualdade social não pode ser eliminada, mas pode ser democratizada. [...] quando falamos de “equalização de oportunidades” aludimos a esta dialética: as pessoas são desiguais por origem, condição econômica, heranças e hereditariedade, educação, mas todas têm direito à oportunidade de desenvolvimento.

O Brasil possui um histórico de aproximadamente 388 anos de escravidão, sendo que quando ocorreu a abolição da escravatura, em 1888, não houve a implementação de quaisquer políticas ou incentivos que visassem a inclusão social desta população à sociedade e ao mercado de trabalho, o que fez com que os mesmos permanecessem excluídos social e economicamente (DIAS, 2016).

A escravidão sofrida, em que pese à abolição anos atrás, perpetuou reflexos na sociedade atual, o que é demonstrado facilmente nas diferenças econômicas entre pessoas negras e brancas no Brasil. Dados do IBGE de 2015 – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – e do PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – de 2014 demonstram em pesquisas que pessoas negras e pardas correspondem a mais da metade da população brasileira, entretanto, apenas 12% da população negra e 13% da parda possui ensino superior completo, sendo que o percentual sobe para 31% para as brancas.

Munanga (2003, p. 33) disserta de que o Brasil acaba por fornecer muito mais privilégios à população branca do que à negra, conforme abaixo:

Vozes eloqüentes, estudos acadêmicos qualitativos e quantitativos recentes, realizados por instituições de pesquisa respeitadíssimas como o IBGE e o Ipea, não deixam dúvidas sobre a gravidade gritante da exclusão do negro, isto é, dos pretos e mestiços na sociedade brasileira. Fazendo um cruzamento sistemático entre o pertencimento racial e os indicadores econômicos de renda, emprego, escolaridade, classe social, idade, situação familiar e região ao longo de mais de 70 anos desde 1929, [...] **“no Brasil, a condição racial constitui um fator de privilégio para brancos e de exclusão e desvantagem para os não-brancos.** Algumas cifras assustam quem tem preocupação social aguçada e compromisso com a busca de igualdade e equidade nas sociedades humanas”: • do total dos

universitários brasileiros, 97% são brancos, 2% negros e 1% descendentes de orientais; • sobre 22 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza, 70% deles são negros; • sobre 53 milhões de brasileiros que vivem na pobreza, 63% deles são negros. (Grifo meu)

Assim, através de estudos e pesquisas, é possível deduzir que caso o ensino básico, fundamental e médio, fossem melhorados de imediato pelo governo para que pessoas negras e brancas pudessem competir de forma igualitária nos vestibulares, ainda levaria cerca de 32 (trinta e dois) anos para que alunos/as negros/as conseguissem chegar ao atual nível dos/as alunos/as brancos/as. Então Munanga pergunta: “Quanto tempo a população negra deverá ainda esperar essa igualdade de oportunidade de acesso e permanência a um curso superior ou universitário gratuito e de boa qualidade?” (2003, p. 33).

Percebe-se, assim, que apenas a melhora dos colégios públicos não constitui uma solução para a população negra, como muitos críticos ao sistema de cotas afirmam, isso porque o Brasil ainda é um país enraizado de preconceitos e discriminações – em especial a racial - , em que alunos/as brancos/as pobres e alunos/as negros/as pobres não possuem igualdade de condições, uma vez que enquanto os primeiros são discriminados pela condição socioeconômica, os segundos são discriminados duplamente, pela condição socioeconômica e pela condição racial (MUNANGA, 2003).

Busca-se, de acordo com Munanga (2003, p. 34), no atual momento do país, “aumentar o contingente negro no ensino universitário e superior de modo geral, tirando-o da situação de 2% em que se encontra depois de 114 anos de abolição”, sendo que em relação à população branca, “representa 97% de brasileiros universitários”.

Por que então a cota e não outros instrumentos e que instrumentos? Numa sociedade racista, onde os comportamentos racistas difundidos no tecido social e na cultura escapam do controle social, a cota obrigatória se confirma, pela experiência vivida pelos países que a praticaram, como uma garantia de acesso, e de permanência neles, aos espaços e setores da sociedade até hoje majoritariamente reservados à “casta” branca da sociedade (MUNANGA, 2003, p. 34).

Munanga (2003) ainda destaca que o uso das cotas raciais é transitório, sendo utilizado o tempo necessário para ocorrer o amadurecimento da sociedade brasileira na construção de uma democracia plena e igualitária. Salienta, ainda, que

além das cotas é necessária a utilização de outros instrumentos para melhorar a situação atual da educação brasileira.

Dessa forma, aliado ao citado acima, tem-se o dado alarmante de que o salário recebido pela população negra equivale, aproximadamente, a 59,2% do salário percebido pelos brancos, conforme mostra a figura a seguir posta:

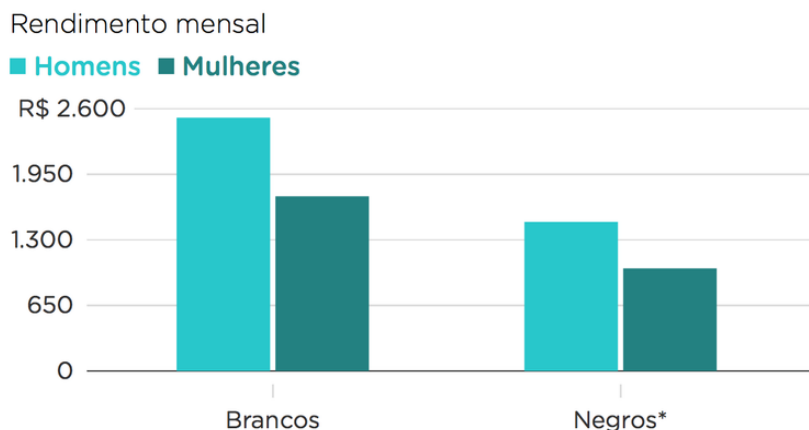


Figura 1: Rendimento mensal pessoas brancas x negras
Fonte: PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), 2014.

Considerando que as pessoas negras são maioria entre a população pobre, Gomes (2003, p. 401) disserta:

Contudo, o acesso à universidade pública é ultralimitado: a seleção dos alunos se faz através de um exame classificatório (vestibular) no qual são aprovados, em sua maioria esmagadora, apenas os alunos egressos das escolas privadas da elite, que além de terem tido o privilégio de frequentar boas escolas indiretamente subvencionadas pelo poder público, dispõem de recursos financeiros para frequentar cursos específicos de preparação para tal exame de admissão ao curso superior.

Dias (2016) diz que:

As cotas raciais nas universidades querem corrigir essa desigualdade. Elas partem do princípio de que a livre concorrência é injusta quando os candidatos tiveram chances desiguais. A justificativa para que uma porcentagem de vagas seja reservada a grupos raciais específicos é que, em razão das condições históricas, eles têm menos chances de se educar e crescer profissionalmente.

Quanto ao argumento dos opositores de que muitas vezes o sistema de cotas é aplicado de forma errada, por se tratar de um sistema subjetivo de análise de

quem irá se beneficiar das cotas raciais. Sustentam que no país em que vivemos é impossível distinguir quem é branco e quem é negro, em razão da mestiçagem presente no país, ocorrendo, muitas vezes, a alegada fraude na utilização do sistema de cotas.

Sobre o ponto acima, Munanga (2003, p. 37) rebate com alguns argumentos, dizendo não acreditar que alunos/as brancos/as praticariam esse tipo de fraude para ingressar em universidades públicas, em razão da “força do ideal do branqueamento ainda atuante no imaginário coletivo brasileiro”, dizendo que “muitos não aceitarão a troca – de raça no vestibular –, em nome do chamado orgulho da raça”, concluindo que “se for fácil identificar alunos brancos pobres, por que o seria tão difícil para alunos negros pobres?”.

Contrariando a colocação de Munanga as universidades públicas nos últimos anos no Brasil estão verificando a existência de autodeclaração falsa, principalmente para ingresso em cursos de mais prestígio como na Medicina. O caso das fraudes na Medicina, na UFPel foi amplamente veiculado na imprensa em 2016. Para enfrentar esta situação foi criada a Comissão de Controle na Identificação do Componente Étnico-racial - CCICE.

Munanga (2003, p. 37) ainda corrobora o entendimento e rebate a argumentação dos opositores acerca da não utilização do DNA para identificar quem é negro e quem é branco e não apenas a análise fenotípica atualmente realizada:

A identificação é uma simples questão de autodefinição, combinando os critérios de ascendência politicamente assumida com os critérios de classe social. Isso tem sido o critério ultimamente utilizado até pelos pesquisadores e técnicos do último recenseamento do IBGE. Ele vale tanto para os brancos quanto para os negros e para os chamados amarelos. **Não vejo necessidade em recorrer seja ao exame da árvore genealógica dos autodeclarados negros, seja ao exame científico por meio do teste de DNA.** Se for constatado depois de algum tempo de experiência que a maioria de alunos pobres falsificados pela política de cotas é composta de alunos brancos pobres falsificados em negros, será então necessário reavaliar os critérios até então adotados. [...] **Uma definição pelos critérios científicos dificultaria qualquer proposta de ação afirmativa em benefício de qualquer segmento, pois muitos que se dizem negros podem ser portadores dos marcadores genéticos europeus. Também muitos dos que se dizem brancos podem ser portadores dos marcadores genéticos africanos.** (Grifo meu)

Quanto à crítica de que as cotas não são aproveitadas de forma igualitária por indígenas, afirma-se que o movimento da população negra que reivindica a

existência das cotas raciais nunca fez qualquer oposição quanto a propostas que beneficiassem outros indivíduos, como indígenas, mulheres, homossexuais ou deficientes, mas sim lutam por um tratamento diferenciado, em razão de ainda constituírem o maior percentual da população brasileira que sofre discriminação racial (MUNANGA, 2003).

Os afro-descendentes constituem um pouco mais de 70 milhões de brasileiros, em relação às populações indígenas, estimados em menos de 500 mil. Visto deste ângulo, o problema do ingresso dos estudantes indígenas nas universidades públicas é mais fácil de resolver do que o dos negros (MUNANGA, 2003, p. 39). – Grifo meu

Outro argumento favorável ao sistema de cotas raciais para as universidades públicas reside no fato de que esse sistema acaba por acelerar o processo de integração racial na sociedade, tratando-se de medida “emergencial e pontual que visaria acelerar o acesso da população negra à universidade [...] de maneira mais equânime e proporcional em relação à população branca” (BRANDÃO, 2005, p. 87).

Assim, esse sistema de cotas raciais, ainda que não abolisse o preconceito e discriminação existentes em nosso país, ajuda a diminuir o “fosso existente entre as classes sociais e/ou étnicas brasileiras”, sendo que através da reserva de vagas para a população negra “faria com que aumentasse a participação dos mais pobres e/ou de negros e pardos no conjunto dos alunos das universidades públicas brasileiras, o que elevaria o grau de escolaridade desses grupos” e, a médio prazo, esta maior escolaridade auxiliará a combater o abismo socioeconômico existente entre as diferentes classes sociais e raciais, “contribuindo, também, para eliminar o estigma social da origem da população negra” (BRANDÃO, 2005, p. 87-88).

Santos (2012, p. 291) argumenta acerca da necessidade de se ter ações afirmativas que garantam igualdade entre todos, dizendo que todos possuem direito à igualdade de condições e tratamento, “[...] daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não nos inferiorize; e temos o direito a ser diferentes quando ela produz, alimenta ou reproduz as desigualdades”.

O Deputado Federal Roberto Freire, inclusive, defende que deveria haver a realização de um vestibular específico para negros e pardos, com formulações diversas e realizado em momento distinto do vestibular tradicional. Assim, apesar de considerar que o sistema de cotas raciais, por si só, não resolve o problema da

exclusão dos negros nas universidades e sociedade, entende que o princípio das cotas é uma ferramenta forte para ampliar direitos, fortalecer a igualdade e democracia nacional (FREIRE, 2003, apud BRANDÃO, 2005).

Helio Santos (2003, apud BRANDÃO, 2005, p. 47) também defende a utilização das cotas raciais, arguindo que: “O verdadeiro nome das cotas é ação afirmativa. Santos defende a adoção do sistema de cotas utilizando-se do argumento da reparação histórica, ou seja, que há uma dívida histórica que precisa começar a ser paga”.

Aliado a ideia do sistema de cotas é importante dizer que o sistema ainda carece de melhorias, tendo em vista que a Universidade também deverá preparar-se melhor para o recebimento destes/as alunos/as, que na maioria das vezes dependerão de apoio pelas situações vividas, conforme destaca a pedagoga Olívia Santana (2003, p. 42), ao dizer que:

Cotas para negros nas universidades requer construir estruturas para receber os estudantes negros [...]; ampliar a possibilidade de leitura da juventude negra ainda no ensino médio; ampliar o repertório educacional/cultural dos jovens que vivem nos bairros pobres; acompanhamento do desempenho dos que consigam entrar na universidade a fim de garantir sua sobrevivência na universidade, o que requer tanto política de amparo no aspecto material, de sobrevivência econômica, como de estímulo ao fortalecimento da auto-estima: amplo trabalho de conscientização de estudantes e professores para que não se fomentem estereótipos discriminatórios acerca das cotas.

O autor Tragtenberg (2003, apud BRANDÃO, 2005) possui o mesmo pensamento que Olívia Santana, dizendo que o sistema de cotas raciais deve vir associado a outras políticas sociais como, por exemplo, o aumento de vagas em universidades públicas, assistência aos/às estudantes com bolsas de manutenção, alojamentos gratuitos para estudantes cotistas, qualificação do ensino básico e no atendimento à saúde, bem como o fornecimento de financiamentos habitacionais e criação de empregos e estágios.

Brandão (2005, p. 91) também sustenta a necessidade da utilização das cotas raciais em conjunto com outros instrumentos, dizendo que “não basta criar as condições para que determinados grupos sociais e/ou raciais ingressem na universidade, é necessário que se dê condições para que esses estudantes”, não se evadam das universidades públicas.

Munanga (2003, p. 42), por fim, condena os opositores ao sistema de cotas raciais, argumentando que estes:

[...] utilizam de modo especulativo argumentos que pregam o status quo, ao silenciar as estatísticas que comprovam a exclusão social do negro. Querem remeter a solução do problema a um futuro longínquo, imaginando-se sem dúvida que medidas macroeconômicas poderiam miraculosamente reduzir a pobreza e a exclusão social.

Assim, é possível arguir que o sistema de cotas raciais foi criado com o objetivo de tentar “corrigir” o que foi considerado como uma injustiça histórica sofrida pela população negra, herdada do período de escravidão. Essa situação resultou em um menor acesso ao ensino superior e, em consequência disso, gerou restritas oportunidades de empregos no mercado de trabalho e quando estas se apresentavam eram em cargos inferiores.

Além disso, conforme demonstrado anteriormente, a população negra, além de representar mais da metade da população brasileira, ainda é a maioria da população pobre em nosso país, tornando, pois, imprescindível a existência de cotas raciais em universidades públicas e privadas e em demais instituições – colégios, empregos, concursos públicos e outros.

2.2 Breve histórico do sistema de cotas raciais no Ensino Superior Brasileiro e legislações pertinentes

As cotas destinadas ao ensino superior nada mais são do que medidas de reparação social voltadas a grupos específicos de indivíduos, no presente estudo, da população negra, visando ampliar as possibilidades de ingresso deste grupo no Ensino Superior.

Sobre essa ação afirmativa – inclusão de sistema de cotas raciais – destaca-se que sua durabilidade variará de acordo com a necessidade de inclusão na sociedade destes grupos e da falta das desigualdades proporcionadas. Visa, pois, basicamente, favorecer, a partir de posições iguais, a concorrência por oportunidades (MOEHLECKE, 2004).

Assim, foi a partir de demasiada pressão externa que o Brasil finalmente iniciou o estabelecimento de políticas públicas de caráter emergencial, com o fim de auxiliar grupos desfavorecidos (seja financeiramente, seja historicamente) a

ingressar em universidades. Sobre este ponto, houve o relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura – UNESCO –, em 1996, que debateu intensamente as questões de exclusão social, pressionando ainda mais o governo brasileiro sobre a situação em que o país se encontrava em termos de desigualdade e discriminação racial (MOEHLECKE, 2004).

Destaca-se, ademais, que o sistema de cotas em universidades já havia sido criado nos Estados Unidos em 1960, com o objetivo de diminuir e/ou amenizar a discriminação e a desigualdade social e econômica existente entre negros e brancos no país (BRANDÃO, 2005).

Além disso, o PNDH – Programa Nacional de Direitos Humanos – também sinalizou em 1996 a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas de ações afirmativas:

[...] desenvolver ações afirmativas para o acesso dos autodeclarados negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta [...] formular políticas compensatórias que possam promover social e economicamente a comunidade negra [...] e apoiar as ações da iniciativa privada que realizem discriminação positiva (BRASIL, 1996, p 50).

Em 2002, houve a criação da Medida Provisória nº 63, a qual foi convertida na Lei nº 10.558, de 13 de novembro de 2002. A mesma deu origem ao Programa Diversidade na Universidade Brasileira, onde foram delineadas características das instituições de ensino que poderiam receber recursos da União, originários deste programa:

Art. 1º Fica criado o Programa Diversidade na Universidade, no âmbito do Ministério da Educação, **com a finalidade de implementar e avaliar estratégias para a promoção do acesso ao ensino superior de pessoas pertencentes a grupos socialmente desfavorecidos**, especialmente dos afrodescendentes e dos indígenas brasileiros. Art. 2º **O Programa Diversidade na Universidade será executado mediante a transferência de recursos da União** a entidades de direito público ou de direito privado, sem fins lucrativos, que atuem na área de educação e que venham a desenvolver projetos inovadores para atender a finalidade do Programa (BRASIL, 2002). (Grifo meu)

Além disso, já previu a Constituição Federal de 1988 a igualdade entre todos os indivíduos conforme seu artigo 5º:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a

inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...] (BRASIL, 1988).

Entretanto, destaca-se que tendo em vista a situação de desigualdade e discriminação, em que a sociedade brasileira se encontra, é justo que se deixe “de lado” o princípio da isonomia constitucional por determinado período de tempo, favorecendo e auxiliando certos grupos que se encontram em desvantagem social, econômica e racial:

Na disciplina do princípio da igualdade, o constituinte tratou de proteger certos grupos que, a seu entender, mereciam tratamento diverso. Enfocando-os a partir de uma realidade histórica de marginalização social ou de hipossuficiência decorrente de outros fatores, cuidou de estabelecer medidas de compensação, buscando concretizar, ao menos em parte, uma igualdade de oportunidades com os demais indivíduos da sociedade, que não sofreram as mesmas espécies de restrições (ARAÚJO; NUNES, 2008, p.134).

Voltando ao ponto de implementação do sistema de cotas nas universidades brasileiras, salienta-se que o mesmo recebeu maior conhecimento da população no ano de 2000, quando a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) foi a primeira faculdade a utilizar este sistema através de uma lei estadual, estabelecendo que 50% do total das vagas disponíveis fossem reservadas para alunos/as egressos/as de escolas públicas cariocas (CAETANO, 2017).

Posteriormente, em 2004, a Universidade de Brasília (UnB) implantou uma política de ações afirmativas para a população negra, sendo a primeira universidade a utilizar e implantar o sistema de cotas raciais no Brasil (CAETANO, 2017). O autor citado acima escreve o seguinte sobre o funcionamento do sistema de cotas nas universidades:

O funcionamento do sistema de cotas nas instituições pode ser definido de acordo com as suas próprias políticas e regulamentos, tendo hoje variados modelos pelo Brasil. O que se tem geralmente é a reserva de uma parcela das vagas para aqueles candidatos que estudaram no ensino médio da rede pública de ensino (CAETANO, 2017).

Foi, então, que em 29 de agosto de 2012, o sistema de cotas foi regulamentado no Brasil para as instituições federais de educação superior, vinculadas ao Ministério da Educação, quando foi sancionada pela Presidenta Dilma Rousseff, a Lei nº 12.711. Esta foi depois alterada pela Lei nº 13.409, de 2016, sancionada pelo Michel Temer, que traz a obrigatoriedade na seguinte distribuição de vagas nas universidades e institutos federais:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, **no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas** para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

(...)

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, **as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos** e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2012 e BRAIL, 2016). (Grifo meu)

Outrossim, demonstra-se novamente a pretensão de um caráter temporário que possui o sistema de cotas no Brasil no artigo 7º da aludida Lei, pois a mesma visa igualar as condições de acesso e diminuir a desigualdade social e econômica, conforme argumentado anteriormente:

No prazo de dez anos a contar da data de publicação desta Lei, **será promovida a revisão do programa especial para o acesso às instituições de educação superior de estudantes pretos**, par indígenas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que te cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (BRASIL, (Grifo meu).

Dessa forma, demonstrado o breve histórico da criação do sistema de cotas – em especial, as cotas raciais – nas universidades brasileiras, é importante destacar que o mesmo dividiu opiniões e gerou muitas discussões. Isso será debatido no próximo capítulo ao demonstrarmos, através de alguns/mas autores/as, que as cotas raciais visam uma reparação histórica e deveria ser um sistema temporário.

3 AS COTAS RACIAIS COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA AFIRMATIVA DE REPARAÇÃO SOCIAL E HISTÓRICA

Sobre as Políticas Afirmativas, importante realizar alguns apontamentos. Estas políticas vem diretamente relacionadas com a ideologia anti-racista, sendo que em países que já possuem sua completa implantação como, por exemplo, Estados Unidos, Alemanha, Áustria, entre outros, visam as mesmas fornecer aos diversos grupos discriminados e excluídos da sociedade um tratamento diferenciado, com objetivo de “compensar as desvantagens devidas à sua situação de vítimas do racismo e de outras formas de discriminação” (MUNANGA, 2003, p. 117).

Munanga (2003, p. 117) menciona as diferentes terminologias aplicadas:

Daí as terminologias de "equal opportunity policies", ação afirmativa, ação positiva, discriminação positiva ou políticas compensatórias. Nos Estados Unidos, onde foram aplicadas desde a década de 60, elas pretendem oferecer aos afro-americanos as chances de participar da dinâmica da mobilidade social crescente. (Grifo meu)

Ressalta-se que no período de implantação nos Estados Unidos, por exemplo, ocorreram diversas mudanças de tratamento com relação ao povo negro, sendo que os empregadores foram compelidos a alterar sua forma de contratação nas empresas, com o objetivo de que a população afro-americana fosse incluída.

Além disso, houve a obrigatoriedade das universidades implantarem sistemas de cotas, bem como a criação de um percentual de negros/as, que deveria participar de programas na mídia americana, a partir de certa quantidade. Fora isso, “programas de aprendizado de tomada de consciência racial foram desenvolvidos, a fim de levar a reflexão aos americanos brancos, na questão do combate ao racismo” (MUNANGA, 2003, p. 118).

Sobre os benefícios fornecidos pela implantação de políticas afirmativas para as pessoas negras, é possível verificar sua importância através da análise do governo americano:

Foi graças a ela que se deve **o crescimento da classe média afro-americana, que hoje atinge cerca de 3% de sua população, sua representação no Congresso Nacional e nas Assembléias estaduais; mais estudantes nos liceus e nas universidades; mais advogados, professores nas universidades, inclusive nas mais conceituadas, mais médicos nos grandes hospitais, e profissionais em todos os setores da sociedade americana.** Apesar das críticas contra a ação afirmativa, a experiência das últimas quatro décadas nos países que a implementaram não deixam dúvidas sobre as mudanças alcançadas (JAMES, 1993 apud MUNANGA, 2003, p. 118). (Grifo meu)

Assim, é através da análise destes governos que criaram medidas de favorecimento aos grupos excluídos da sociedade, que o Brasil deveria inspirar-se a implantar novas políticas na conjuntura atual em que se vive. “Podemos, sem copiar, aproveitar das experiências positivas e negativas vivenciadas por outros para inventar nossas próprias soluções, já que estamos sem receitas prontas para enfrentar nossas realidades raciais” (MUNANGA, 2003, p.118).

As faculdades, que se caracterizam por ser um espaço que aprofunda os conhecimentos intelectual, científico, educativo e político, não devem se distanciar ou se desinteressar pelas questões que dizem respeito aos direitos humanos, aos direitos dos povos e ao diálogo entre culturas diferentes. As faculdades devem, pois, abraçar a diversidade e incluí-la na sociedade (SILVA; SILVÉRIO, 2003).

Ademais, são diversos os estudos realizados sobre o tema da discriminação e exclusão do/a negro/a na população brasileira, tanto quantitativos quanto qualitativos, os quais foram feitos por instituições como IBGE e IPEA. Foi através destes estudos e análises de diversos indicadores (como de emprego, renda, escolaridade, etc.) que chegou-se à conclusão de que no Brasil a condição de ser branco/a constitui-se como um fator de privilégio neste país e de desvantagem para as pessoas consideradas não-brancas (MUNANGA, 2003, p. 118).

Segundo os dados alarmantes recolhidos por Ricardo Henriques (2001, apud MUNANGA, 2003, p. 118-119):

- Do total dos universitários brasileiros, 97% são brancos, sobre 2% de negros e 1% de descendentes de orientais.
- Sobre 22 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza, 70% deles são negros.
- Sobre 53 milhões de brasileiros que vivem na pobreza, 63% deles são negros.

Dessa forma, tendo em vista que grande parte da população brasileira é negra e a realidade de que se vive num país em que não houve a abolição do preconceito e da discriminação racial, as políticas chamadas de universais, não são suficientes para trazer as mudanças substanciais esperadas para a população negra (MUNANGA, 2003).

Daí a justificativa de uma política preferencial, no sentido de uma discriminação positiva, sobretudo quando se trata de **uma medida de indenização ou de reparação para compensar as perdas de cerca de 400 anos de defasagem no processo de desenvolvimento entre brancos e negros**. É nesse contexto que colocamos a importância da **implementação de políticas de ação afirmativa**, entre as quais a experiência das cotas, que, pelas experiências de outros países, **afirmou-**

se como um instrumento veloz de transformação, sobretudo no domínio da mobilidade socioeconômica, considerado como um dos aspectos não menos importante da desigualdade racial. (Grifo meu)

Outrossim, um dos pontos de maior dificuldade no momento, da sociedade e das universidades, que desafia a compreensão das mesmas, é o de:

Admitir que os antigos escravizados africanos trouxeram consigo saberes, conhecimentos, tecnologias, práticas que lhes permitiram sobreviver e construir um outro povo. O desafio maior está em incorporá-los ao corpo de saberes que cabe, à universidade, preservar, divulgar, assumir como referências para novos estudos (SILVA; SILVÉRIO, 2003, p. 46).

Em razão do histórico do povo negro, as universidades com o intuito de realizarem políticas reparatórias, como falado anteriormente, estão realizando reserva de vagas em seus cursos, para a população negra, o que tem gerado algumas vezes preconceito por parte da população e, principalmente, dos próprios estudantes.

Ademais, destaca-se que esse tipo de instrumento, – cotas – para Munanga (2003, p. 120), é considerado não como absoluto, mas sim transitório: “esperando o processo de amadurecimento da sociedade global na construção de sua democracia e plena cidadania”. A transitoriedade colocada por Munanga está bastante distante. Algumas pessoas, que entrevistei, acreditam na necessidade da existência cotas ainda por um longo tempo, o que será melhor abordado no terceiro capítulo.

Estes sujeitos, embasados em preconceitos, realizam juízos que acabam difundindo uma imagem negativa das pessoas negras. Através desse preconceito, inclusive, tentam manter a população negra distante de ter a possibilidade de concorrer para o ingresso de universidades. É possível dizer, então, que tais críticas, que muitas vezes ocorrem de forma agressiva, acabam revelando explícita ou implicitamente a rejeição às pessoas negras, “sobretudo dificuldade ou falta de vontade para enfrentar as tensas relações raciais constitutivas, juntamente com outras relações sociais, da sociedade brasileira” (SILVA; SILVÉRIO, 2003, p. 47).

Sobre algumas das posições negativas ao sistema de cotas, que demonstram nada mais do que um país que vive a ilusão da democracia racial, Munanga cita diversas reações, destacando (2003, p. 120):

"Que absurdo, reservar vagas para negros", o que caracterizam como uma injustiça contra alunos brancos pobres. **"Aqui somos todos mestiços"**, quer dizer que, no Brasil, não existem mais nem negros, nem brancos, nem índios, nem japoneses, por causa do alto grau de mestiçamento. **"Aqui, não estamos nos Estados Unidos para impor**

soluções que nada têm a ver com nossa realidade genuinamente brasileira.” (Grifo meu)

Sobre três críticas principais (das diversas existentes) realizadas sobre o sistema de cotas no Brasil, Munanga debate. Primeiramente, tem-se a afirmação pela oposição de que é demasiadamente difícil definir quem é negro/a e quem não é, e que esta dificuldade poderia gerar fraudes nas universidades e concursos públicos. Sobre esse ponto o autor (2003, p. 122) diz o seguinte:

Em primeiro lugar, **não acredito que todos os alunos brancos pobres possam cometer este tipo de fraude para ingressar na universidade pública**, [...] Se for fácil identificar os alunos brancos pobres, por que o seria tão difícil para os alunos negros pobres? [...] **a identificação é uma simples questão de auto-definição**, combinando os critérios de ascendência politicamente assumida com os critérios de classe social. **Isto tem sido o critério ultimamente utilizado até pelos pesquisadores e técnicos no último recenseamento do IBGE.** [...] (Grifo meu)

Outro argumento da oposição é de que o próprio EUA abandonou a política de cotas, pela mesma não auxiliar na abolição da discriminação racial entre brancos e negros, bem como que apenas a classe média afro-americana usufruiu dos benefícios propostos, sendo abandonada a classe pobre. Munanga (2003, p. 123) rebate:

Ponto de vista rejeitado pelos defensores de cotas nos Estados Unidos, baseando-se na mobilidade social realizada pelos afro-americanos, nos últimos quarenta anos, **mobilidade que não teria sido possível se não fosse implantada a política das cotas.** [...] **Mas devemos dizer que os afro-americanos têm outras alternativas para ingressar e permanecer nas universidades que aqui não temos por causa das peculiaridades do "nosso" racismo.** Eles têm universidades federais de peso criadas para eles [...] **(é o caso da Universidade de Atlanta, que foi fundada pelos negros e para os negros).** [...] **Deixar de discutir cotas em nossas universidades por que não deram certo nos Estados Unidos,** [...], **é uma estratégia fácil para manter o status quo.** As cotas, se forem aprovadas por alguns Estados, como já está sendo no Rio de Janeiro e na Bahia, **deveriam, antes de serem aplicadas, passar por uma nova discussão dentro das peculiaridades do racismo à brasileira,** cruzando os critérios de "raça" e de "classe" [...]. **Um censo étnico da população escolarizada de cada Estado é indispensável** para incrementar as políticas públicas no que diz respeito à educação dos brasileiros, a curto, médio e longo prazos. (Grifo meu)

Por fim, quanto ao último argumento comumente utilizado, é o argumento de que as cotas destinadas a pessoas negras não são igualmente distribuídas para os índios, cuja descendência e direitos foram violados durante séculos. Sobre este argumento, Munanga (2003, p. 122) continua:

Os movimentos negros que reivindicam as cotas **nunca foram contra as propostas que beneficiariam as populações indígenas, as mulheres, os homossexuais, os portadores de necessidades especiais,** até as classes sociais pobres independentemente da pigmentação da pele.

Apenas reivindicam um tratamento diferenciado, tendo em vista que foram e constituem ainda a grande vítima de uma discriminação específica, racial. Eles têm uma clara consciência de que poderão um dia gozar de sua plena cidadania quando deixarão de ser diluídos no social geral e abstrato, como propõe o pensamento da esquerda que até hoje continua a bater nas teclas de uma questão que, segundo eles, é simplesmente social, fechando os olhos a uma cultura racista que abarca indistintamente pobres, médios e ricos em todas as sociedades racistas. (Grifo meu)

Em razão deste cenário preconceituoso e exclusivo, Silva e Silvério (2003, p. 47) citam alguns autores, dizendo o seguinte:

Neste quadro, a concepção, a organização e o funcionamento da universidade brasileira têm seguido características que, segundo Schaub (citado por Stauss, 2002, p. 53-54), são próprias de educação promovida na perspectiva de ideologia do liberalismo, quais sejam: identificação e formação de uma aristocracia no interior da massa social democrática; reforço, junto aos escolhidos, da convicção de que pertencem a uma classe de excelência e grandeza humana; oferta de oportunidades para que participem, ainda que seja ouvindo, em intercâmbios entre as mais brilhantes mentes; oferta de experiências com "coisas belas".

Percebe-se, pois, o cultivo em muitas universidades ainda de um pensamento elitista, que demonstra desprezo por qualquer atividade que venha a sugerir uma revisão de crenças e pressupostos que tem, atualmente, fundamentado a formação acadêmica (SILVA; SILVÉRIO, 2003). Segue o autor:

Tal atitude não permite aceitação de novas e diversas possibilidades de olhar os outros e o mundo, mas impede de vislumbrar a importância e a necessidade tanto da reconstrução de conhecimentos como da elaboração de novos sobre grupos e pessoas, construídos científica e socialmente como diferentes (SILVA; SILVÉRIO, 2003, p. 47). (Grifo meu)

Em razão disso, a presença de alunos e alunas das classes e grupos que geralmente eram impedidos ou não possuíam condições econômicas de frequentar universidades, demonstra que as “ideologias, teorias e metodologias que sustentam e dão andamento à produção de conhecimentos sejam questionadas”, alterando-se e evoluindo as atividades acadêmicas e científicas para a situação atual (SILVA; SILVÉRIO, 2003, p. 48).

Resumindo, as universidades que efetivamente reconhecem e aceitam a diversidade social e econômica da população brasileira, bem como “abraçam” a pluralidade cultural e racial existente no Brasil, devem, logicamente, realizar a reserva de vagas para pessoas negras em seus cursos, com o fim de praticar uma política reparatória pelos danos históricos (com consequências na atualidade) sofridos pela população negra, ampliando seu campo de visão e, conseqüentemente, de produção de conhecimento (SILVA; SILVÉRIO, 2003).

Ainda sobre a implementação de ações afirmativas nas universidades como, por exemplo, a reserva de vaga, segue importante apontamento:

Uma instituição, que se disponha a implantar plano de ações afirmativas para a população negra, **não pode encará-lo como "proteção a desvalidos"**, segundo pretendem alguns. É preciso que um plano com tais metas **incentive a compreensão dos valores da diversidade social, cultural, racial e, nestes valores, busque apoio para orientar suas ações educativas**, de formação de profissionais e de responsável pelo avanço das ciências. [...] a universidade, ao prever e executar medidas visando a inclusão de grupos até então deixados à margem, **inclui os mesmos na sociedade, passando estes a dela fazer parte** e assume compromisso [...] já que deixa de atender unicamente aos interesses de um único segmento até então privilegiado (SILVA; SILVÉRIO, 2003, p. 48). (Grifo meu)

Além disso, ressalta-se que, as universidades que buscam implementar estas ações afirmativas, não devem possuir apenas o objetivo de corrigir os erros incomensuráveis de mais de 500 anos de colonialismo, com a escravidão e extermínio de negros/a e indígenas, mas sim de reconhecer que apesar de passados tantos anos de tortura, a população negra sobreviveu. Precisa, portanto, ser devidamente valorizada e reconhecida como um povo indispensável “para o fortalecimento político desses grupos, bem como político e acadêmico da universidade” (SILVA; SILVÉRIO, 2003, p. 49).

Assim, através dessa reestruturação da universidade, promovendo a igualdade entre todos, “reescreve-se a maneira de pensar, de produzir conhecimento, de ser universidade no Brasil. Já não cabem [...] medidas visando mover os ditos inferiores para uma pretensa melhor situação [...]” (SILVA; SILVÉRIO, 2003, p. 49).

Neste sentido, busca-se descolonizar as ciências, retomando visões de mundo, conteúdos e metodologias de que a ciência ocidental se apropriou, acumulou e a partir deles criou os seus próprios, deixando de mencionar aqueles. São pouco difundidas as bases africanas, árabes, chinesas, entre outras, a partir das quais foram gerados os fundamentos das ciências e filosofias atuais. (SILVA; SILVÉRIO, 2003, p. 49)

Ao incluir como obrigatórias essas ações afirmativas como, por exemplo, a reserva de vagas:

[...] a universidade admite que "a importância do reconhecimento hoje é universalmente aceita tanto no plano íntimo ou individual quanto no plano social." Entende que "no primeiro caso existe a consciência de como nossa identidade pode ser bem ou mal formada no curso de nossas relações com outros significados" e que, no segundo caso, temos de contar com ações políticas ininterruptas de reconhecimento igualitário. (SILVÉRIO, 2001, apud SILVA; SILVÉRIO, 2003, p. 49).

Inclui-se a universidade, pois, em uma revolução chamada multicultural, abandonando o “saber viver no singular” e evoluindo para o “saber viver no plural”. Trata-se, pois, da construção de uma democracia multicultural, onde esteja presente inclusive, a preocupação sobre uma maior justiça social (CONSTANT, 2000, apud SILVA; SILVÉRIO, 2003, p. 50).

Nesse paradigma:

Neste rumo, dispõe-se, a universidade, não a considerar as diferenças raciais, a pluralidade cultural como um fim em si, mas como uma forma de assumir a responsabilidade de **educar para novas relações raciais e sociais**, de produzir conhecimentos apartados de uma única visão de mundo, de ciência, como um processo político de negociação que projeta uma sociedade justa. (SILVA; SILVÉRIO, 2003, p. 50)

Ponto importante de destaque é que, com os movimentos realizados pela população negra em busca de direitos iguais e abolição da discriminação, houve a redação de um Relatório do Comitê Nacional para a Reparação da Participação Brasileira, na terceira Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, a qual foi feita na África do Sul no período de 31 de agosto a 7 de setembro de 2001 (CONSTANT, 2000, apud SILVA; SILVÉRIO, 2003).

Este relatório apresenta propostas em benefício da comunidade negra, as quais, infelizmente, não foram devidamente aplicadas no Brasil até o momento:

[...] a adoção de medidas reparatórias às vítimas do racismo, da discriminação racial e de formas conexas de intolerância, por meio de políticas públicas específicas para a superação da desigualdade. Tais medidas reparatórias, fundamentadas nas regras de discriminação positiva, prescritas na Constituição de 1988, deverão contemplar medidas legislativas e administrativas destinadas a garantir a regulamentação dos direitos de igualdade racial previstos na Constituição de 1988, com especial ênfase nas áreas de educação, trabalho, titulação de terras e estabelecimentos de uma política agrícola e de desenvolvimento das comunidades remanescentes dos quilombos, – adoção de cotas ou outras medidas afirmativas que promovam o acesso de negros às universidades públicas (BRASIL, 2001, apud MUNANGA, 2003, p. 121).

Há a necessidade, pois, de se avaliar o planejamento, a aplicação e a posterioridade da inclusão de ações afirmativas na universidade, buscando: a) analisar e pesquisar se no ambiente universitário houve a redução de preconceitos contra negros; b) analisar se os recursos aplicados trouxeram, no plano prático, benefícios para os universitários quanto à produção do conhecimento, e identificar quais benefícios foram auferidos; c) pesquisar se a almejada igualdade racial na universidade tem evoluído no modo de examinar e estudar problemas sociais, bem

como de buscar soluções; d) apreciar se os serviços que são oferecidos pela universidade têm atendido à diversidade de alunos (as); e e) verificar se as problemáticas e temáticas raciais e de desigualdade têm sido amplamente discutidas no ambiente universitário, e a que conclusões estas discussões têm levado (SILVA; SILVÉRIO, 2003).

Dessa forma, ter-se-ão compromissos em prol da construção de uma sociedade mais justa, quando admite-se e reconhece-se a política, cultura e a diversidade brasileira, “ao corajosamente abordá-la a partir do que é mais doloroso e difícil de ser tratado no seio de uma sociedade racista e que se quer democrática, o da igualdade racial” (SILVA; SILVÉRIO, 2003).

Deste ponto de vista, um programa de ações afirmativas, de modo especial no que tange à meta de **cotas para negros nas universidades, significa muito mais do que aumento de oportunidades de acesso ao ensino superior, significa também condições para realizar estudos com sucesso e, além disso, reconhecimento e valorização da cultura, história e dos conhecimentos produzidos pelos africanos de África,** assim como pelos da diáspora (Gurin et al., 2002). Destaque-se também que **isto requer critérios ético-críticos** com os quais, no dizer de Araújo-Olivera (2002, p. 120) ao discorrer sobre uma pedagogia da inclusão, se possa questionar e **desconstruir o sistema de exclusões vigente e produzir uma nova ordem social** (apud SILVA; SILVÉRIO, 2003, p.51). (Grifo meu)

Silva e Silvério (2003, p. 51-52) ainda sustentam alguns compromissos a serem adotados pela população negra universitária:

Negros na universidade, pois, tem de deixar de ser reivindicação do Movimento Negro, para converter-se em comprometimento do poder público, compromisso das instituições de ensino, **para que se repare o secular déficit de educação da população negra,** produzido por organização social excludente, discriminatória, racista. Compromisso e comprometimento que exigem [...] quebra do domínio intelectual, político, material, centrado numa única visão de mundo, de ciência, de cidadania de origem europeia e estadunidense, requer diálogo entre estas visões e outras, como as de raiz africana, indígena, asiática. (Grifo meu)

Ainda, salienta-se:

Para tanto, **há que superar compreensão distorcida das relações sociais, particularmente das relações étnico-raciais, e também das que se desencadeiam no interior da universidade, fomentadas pelo mito de que no Brasil viver-se-ia a experiência de uma democracia racial, de uma sociedade hegemônica.** Há que analisar e avaliar a organização social vigente no decorrer de cinco séculos de nossa história brasileira, assim como os resultados a que, com ela, se chegaram. A partir disso, encontrar formas e criar oportunidades de educação que garantam indistintamente possibilidades iguais de formação para cidadania a todos os brasileiros (SILVA; SILVÉRIO, 2003, p. 52). (Grifo meu)

Segundo Silva e Silvério (2003, p. 53) “Há que superar modos de pensar e de comportar-se discriminatórios da parte de uns, submissos, revoltados ou acomodados da parte de outros”. Assim deve-se pensar a formação universitária como uma oportunidade de confrontar e superar intolerâncias, “o que implica buscar meios de suprimir desigualdades seculares” (SILVA; SILVÉRIO, 2003, p. 53).

Por fim, outra problemática gerada que merece destaque no presente trabalho, é o de como continuar garantindo a presença do negro nas universidades “tirando-o da situação de 2% em que se encontra depois de 114 anos de abolição em relação ao contingente branco que, sozinho, representa 97% de brasileiros universitários” (MUNANGA, 2003, p. 120).

Torna-se necessária a busca de algumas ferramentas eficazes para a mudança destes baixos percentuais em relação à população negra, como, por exemplo, o sistema de cotas em universidades, concursos públicos, pós-graduação, mestrado, doutorado, empregos e outros.

A seguir abordo a permanência através de entrevistas com alunos/as do Bacharelado em Antropologia.

4 O SISTEMA DE COTAS RACIAIS DENTRO DO BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA NA UFPEL

O presente e último capítulo, na forma de um estudo de caso, trará um pouco de como é abordado o sistema de cotas raciais dentro da UFPEl – no curso de Antropologia. Para tanto, serão utilizados trechos de 08 (oito) entrevistas realizadas. Assim, o capítulo será dividido em alguns tópicos, quais sejam: o momento de ingresso na Universidade e a importância das cotas como instrumento de reparação social e histórica; a permanência na Universidade e, por fim, algumas ações que a Faculdade possui para auxiliar os cotistas e dissipar informação e conhecimento sobre o sistema de cotas.

4.1 Do ingresso na universidade pelo sistema de cotas e da importância das mesmas como reparação social

Para a pesquisa deste TCC, realizei 8 (oito) entrevistas, sendo 4 (quatro) com alunos/as com ingressos em 2014, 2015, 2016 e 2017 e 4 (quatro) com servidores da Universidade Federal de Pelotas do bacharelado em Antropologia e da gestão das Ações Afirmativas, buscando entender a implementação da “Lei de Cotas” e a organização institucional das ações afirmativas na UFPEl, considerando a autonomia universitária e as condições de permanência¹.

Conforme já discutido no segundo capítulo, foi possível perceber a grande importância que as cotas raciais possuem como instrumento de reparação social e histórica. Para tanto, sobre a implementação do sistema de cotas raciais, o Entrevistado 1 diz o seguinte:

E1: Eu acho que as cotas foram importantes a partir do momento em que a universidade deu essa abertura e entrou nesse processo de, vamos dizer assim, de reconhecimento, de aceitação e de inclusão social e ela é muito importante [...]. Quantas pessoas que não tem condições de ter acesso ao ensino superior passaram a ter acesso aos mais diferentes cursos da UFPEl. Nós estamos sendo contemplados com cotistas dentro do curso de Antropologia dos mais diferentes níveis de cotas. Por isso que eu sou totalmente a favor das cotas, sejam elas qual forem, por renda, por etnia,... Seja qual for a cota eu acho que é uma abertura muito importante nas universidades federais. [...] Então nós esperamos que a situação melhore e que o governo realmente aposte mais, invista mais em educação [...]. Se nós não tivermos investimentos em educação, a situação vai ficar muito

¹ As entrevistas na íntegra estão em anexo. No Apêndice A existe uma tabela com a relação das pessoas entrevistadas e sua caracterização.

difícil, vai parar, e quem precisa, quem mais precisa não vai ter acesso à universidade pública. A situação vai ficar muito difícil. E a universidade, se continuar assim, ela vai acabar sendo elitizada, se não for privatizada.

Além disso, o Entrevistado 1 ainda destaca que acredita que se não existisse esse sistema de inclusão, o grupo beneficiado “não teria como fazer um curso superior e ter esse ingresso através das cotas e acesso ao curso superior” (E1, 2017). Também fala sobre a importância dessas pessoas cotistas continuarem recebendo apoio após adentraram na universidade, para que possam concluir com êxito o curso escolhido.

Diferente de Munanga (2003), Silva e Silvério (2003) (discutido no segundo capítulo) que entende as cotas como um processo temporário, E1 diz que deve ser algo, que tenha continuidade:

E1: Então é importante que esse ingresso através das cotas permaneça, continue nas universidades e que essas pessoas que estão ingressando vejam, vislumbrem um crescimento profissional e acadêmico [...] e não como algo temporário.

O Entrevistado 2 também fala sobre a importância das cotas, dizendo que deve ser uma luta contínua pois as cotas:

E2: [...] tem um lugar de nascimento que é a luta dos povos, a luta dos núcleos minoritários em termos de poder. Eu acho fundamental. O que me preocupa é que a universidade tem que estar sempre fazendo um diálogo com os movimentos sociais, sempre fazendo um diálogo com os grupos, porque as ações afirmativas não são dádivas. Elas são lutas, são conquistas e como conquistas significa dizer que se passou por um terreno de disputa e que essas conquistas estão sempre assim numa linha tênue de serem violadas, das conquistas serem violadas, serem extorquidas, de elas não acontecerem na sua efetividade.

O entrevistado 2 também fala sobre as cotas na pós graduação² e a utilização das mesmas como política reparativa: “Acho que é fundamental a questão das cotas na pós graduação, na graduação. Acho que é fundamental [a existência] das políticas reparativas ou de reconhecimento que tem na educação básica”. E2 fala também sobre o racismo e a fraude no sistema de cotas:

E2: A maneira como o racismo, juntamente com a função de classe e a questão de gênero, produz uma [...] exclusão social, é necessário um investimento muito grande teórico, conceitual, político, pessoal, militante,

² A partir de 2017 a UFPel determinou cotas nos 44 Programas de Pós-Graduação, sendo 44 cursos de mestrado e 23 de doutorado, e o cumprimento da Resolução está sob a fiscalização do GT Controle e Transparência, instituído por Portaria.

acadêmico, pra que essas políticas de fato aconteçam. [...] Tenho pensado muito nessas questões das fraudes, acho que é um hiper racismo. Se o racismo por si só já é perverso, imagina quando eu penso o hiper. É que existe uma sensação na disputa né? E a disputa ela passa pela diferença de cor, ela passa pela dimensão fenotípica, que é a realidade brasileira.

Já o Entrevistado 4 realizou diversas críticas à situação atual das universidades, sustentando que a universidade ainda é baseada em meritocracia e pelo pensamento branco de ensinar. Falta sensibilidade e discussão sobre o tema do racismo e de cotas tanto por professores/as e funcionários/as da universidade, quanto por alunos/as. Assim, aqueles/as, que precisam trabalhar acabam não possuindo um sucesso tão “facilitado” na Universidade, por não terem tempo de estudar. Destaca que deve haver um acompanhamento aos/às estudantes para que se garanta a permanência:

E4: [...] A universidade ainda é muito meritocrática, ou seja, ela trabalha muito por mérito no sentido assim do estudante por excelência. Só que o estudante por excelência não é um trabalhador. Ele teve uma [...] boa educação numa escola privada. Ele tem boa alimentação, tem sistema de deslocamento fácil, chega à universidade e extrai com facilidade, pois ele tem os próprios livros em casa. [...] Então é toda a estrutura que tu vê que o estudante que parece ser o melhor da sala, na realidade é porque ele teve todas as prerrogativas. Normalmente são estudantes brancos e por isso a gente identifica claramente esse processo e a necessidade de acompanhamento do estudante negro e pobre que entra na universidade. Esse é um dos motivos do próprio processo de cotas.

E4 também destaca uma dificuldade existente entre os/as servidores/as da universidade em realizar discussões sobre o tema:

E4: [...] onde mesmo em discussões de coordenadores, - a gente tinha um fórum de coordenadores, ainda existe essa estrutura, - no fórum de coordenadores tu via assim a dificuldade dos professores em trabalhar com a legislação da igualdade racial. Ela diz que nas universidades a questão sobre a discussão de negros e indígenas tem que ser transversal a todos os cursos e o que a gente percebe é que cursos como engenharia, arquitetura [...], não conseguem entender como usar esse conhecimento transversal, porque não reconhecem o conhecimento oriundo dessa sociedade, desse grupo social, que são os negros e os indígenas. Não compreendem e acham que os indígenas trabalham com mitologias e que os negros não tem cultura [...].

O E4 também destaca que a utilização das cotas como sistema de reparação é benéfico, mas que repara muito pouco do que é merecido pela população negra, sendo que a universidade ainda é conduzida pelo “pensamento branco”. Destaca, também, que no curso de Antropologia se tem um olhar mais crítico sobre o tema, mas que ainda falta para o resto da universidade:

E4: Essa questão das cotas ela é ínfima no sentido. Por quê? Por toda questão que vem com a presença dele. Ele entra numa universidade e não se reconhece, porque o seu sistema de pensamento não é gestado dentro da universidade, não se fala dele. Se fala pela forma do branco, se pensa pelo homem branco [...] na Antropologia a gente conhece isso, o problema é que a universidade não é só antropologia, a universidade é um todo.

E ainda continua:

E4: Então esse nível de reparação ainda é muito ínfimo. Por quê? Porque nós não temos professores negros, nós não temos professores indígenas, nós não temos um sistema, numa disciplina, por exemplo, em que você vai discutir oralidade, em que você vai discutir circularidade da informação. [...] Existe um professor que é um *expert*, que é o homem branco. [...] então esse é o problema clássico da meritocracia e do pensamento branco dentro da universidade que espero que a gente consiga romper exatamente colocando mais negros na universidade como estudantes, como pós graduandos [...]. Essa brasilidade tem que entrar na universidade e ela não está ainda. Não é?

Sobre o ingresso, ressalta que por causa da persistência do racismo, o estudante pode evadir da universidade. Então a reserva de vagas por si só não garante o acesso e a permanência dele/a na universidade.

Sobre as cotas para pós-graduação, E4 diz que ainda há muito que melhorar e estudar, pois em que pese ser importante o/a negro/a conseguir entrar, acaba sendo engolido pelo mundo “dos brancos” e perde sua identidade. “A gente ainda está engatinhando nesse processo na graduação, quanto mais na pós graduação, porque apesar do estudante negro entrar [...] ele entra, mas ele cai no mundo do branco” (E4, 2017).

Quanto ao racismo, E4 realiza importantes apontamentos e observações:

E4: O racismo institucional está instituído e ele é poderoso. Ele tira as pessoas só que ao tirar as pessoas ele diz "ah porque a pessoa não tem mérito", mas na verdade tá olhando é a cor da pele da pessoa, não tá olhando mérito nenhum [...].

O entrevistado 5, disse sobre o ingresso e a importância das cotas para muitas pessoas, que sequer pensavam em acessar as universidades e que agora possuem essa possibilidade. Destacou, ainda, que antes não havia um conhecimento sobre o acesso às Universidades Federais pelo sistema de cotas, fazendo com que, muitas vezes, quem não possuísse condições fosse para as universidades particulares e quem tivesse condições financeiras para as universidades públicas:

E5: Então isso felizmente tá se invertendo, graças à colaboração de muitas pessoas e não só da comissão de controle de identificação étnico racial, mas também muitas pessoas [...] que tem contribuído para que as ações afirmativas aconteçam de fato e que esses alunos negros e indígenas estejam na universidade e que aqui consigam permanecer até chegar o seu título, até chegar a sua graduação.

Fala, também, sobre a existência do racismo no Brasil, bem como acerca da importância da realização de palestras de conscientização, o que já tem sido realizado pela Universidade e que será tratado no tópico 4.3, que discorre sobre as ações da UFPel:

E5: [...] Nesse momento nossa preocupação é fazer com que todos os temas relacionados às ações afirmativas, relacionados às cotas raciais aconteçam de fato em nível de conscientização dos centros e das unidades, em nível de promoção, de palestras e de divulgação. De que existem, sim, essas cotas raciais e que estão acessíveis àquelas pessoas negras que estudam nas escolas públicas.

Por fim, demonstra através de dados numéricos como as cotas raciais são importantes como instrumento de reparação e inclusão social:

E5: A gente tem um quadro de mais de 1000 professores na universidade, por volta de 1200. Desses 1200 nós não temos 20 professores negros em uma população na cidade onde a gente tem 50% da população Negra que é um percentual que se repete em nível de Brasil. Não posso conceber que vão existir só 20 pessoas negras inteligentes a ponto de estarem na universidade.

Além de entrevistar servidores/as e uma aluna negra não cotista, entrevistei três (3) alunos/as cotistas de ingressos em anos diferentes, que entraram pelo sistema de cotas raciais. Destaco que alguns/mas estudantes se negaram a gravar entrevista, no entanto não informaram as razões³. Em razão disso, tratarei, aqui, apenas dos/as que decidiram dar depoimento sobre o sistema de cotas.

O Entrevistado 3 é o estudante cotista L2 do primeiro semestre de antropologia. Ele disse que gostou muito de ter a possibilidade de adentrar em uma universidade pública apesar das dificuldades:

E3: No caso, para mim tem sido muito interessante assim, até pela minha área, a questão de eu [...] vir da classe operária. Sou pedreiro de construção civil, então ter chegado em 2017 na universidade para mim é um baita desafio. Eu estou gostando.

³ Talvez por temerem represálias por conta do racismo ainda imperante no contexto acadêmico.

Quanto ao racismo ou preconceito por ser cotista, disse que não sofreu com isso no curso de Antropologia, sendo recebido de “braços abertos” por todos/as os/as estudantes do curso. Também contou um pouco da importância do sistema de cotas para si:

E3: Não, na verdade é interessante quando falaste que tu és a primeira da família a chegar à universidade. Eu também diria que para minha família - que no caso são dois irmãos, um casal, eu e minha irmã - sou o primeiro a chegar à universidade. Realmente então pra mim isso tudo é muito interessante [...].

Em continuidade, o entrevistado 6, discente do 7º semestre do curso de Antropologia. E6 relata que o sistema de cotas raciais foi muito importante, em que pese não se ter utilizado do mesmo para adentrar na universidade. Destaca, também, a importância da utilização das cotas como sistema de inclusão social, conforme se percebe nos relatos de sua vivência:

E6: Porque quando estudava na escola, estudava no ensino médio em escola particular, então a maioria dos meus colegas eram brancos. Era uma das únicas negras na escola e na sala de aula e quando passei na universidade, pensei que ia ser diferente. Pensava que ia chegar aqui, que ia ter bastante pessoas negras. E também outra questão é que tinha uma ideia completamente diferente de universidade do que vejo agora. Uma ideia muito fantasiosa. Daí quando cheguei, na primeira aula de antropologia, percebi que tinham 4 pessoas negras na minha sala e tinham 60 pessoas na aula. Aí eu fiquei apavorada, pensei que ia ter umas 15, sei lá, mais um pouco... E aí fui percebendo assim que seria também de novo talvez a mesma coisa. Mais uma vez tendo um público majoritariamente branco para estudar.

Comenta, também, que após a constatação de fraudes no ingresso para o curso de Medicina da UFPel e a denúncia pela Setorial de Estudantes Negras e Negros da UFPel “QUEM RI DE NÓS TEM PAIXÃO” e a criação de uma comissão de verificação de autodeclaração pela UFPel (discutirei sobre isso posteriormente), percebeu uma grande diferença no número de pessoas negras, que hoje conseguem acesso à universidade:

E6: Agora depois da comissão percebi uma grande diferença assim. Tu olha e o campus não é o mesmo, tanto na rua... Depois da comissão, antes da comissão eu não percebia. Eu não percebia assim, mas depois da comissão tu vê as pessoas na rua. Tu vê a fila do RU [...]: "meu Deus fez uma grande diferença". [...] eu sei que vai ficar mais negro na universidade, que vão chegar mais pessoas negras, por toda essa questão da fraude e tal.

Também, E7, estudante do 5º semestre, destaca que só conseguiu ter acesso à universidade graças ao sistema de cotas raciais e que “sem demagogia, sem as

cotas eu não teria tido perspectiva de tentar uma vaga na universidade”. Realiza, também, apontamentos pessoais:

E7: As cotas, pra mim, nada mais são do que acabei de falar. É a luta e a busca para que todo indivíduo tenha a mesma oportunidade. Concorrendo de forma mais justa com um grupo de pessoas que vivem e viveram a mesma situação econômica. Vivem e viveram a mesma situação de aprendizado escolar. Me refiro à escola pública quando falo em aprendizado escolar. A desigualdade econômica e racial que existe e existiu não é nem de perto reparada pela política de cotas.

Por fim, diz que o sistema de cotas não é perfeito e possui muitas lacunas, mas que “é melhor uma lei, que ainda se tem muito que ajustar, em ação, do que uma lei perfeita na gaveta” (E7, 2017).

O último aluno entrevistado, E8, pontua sobre a importância das cotas raciais, defendendo que estas devem possuir continuidade e não ter apenas caráter temporário como trazido por Munanga e outros autores:

E8: As cotas pra mim são muito importantes, pois através delas estou assumindo meu lugar por direito como homem negro, que tenho compromisso com minha etnia. [...] Olho como um direito que nos foi tirado e que agora temos após muitas lutas do nosso povo. Um direito que nos foi dado de volta. [...] As cotas para mim tem que ter continuidade, pra esse monte de gente, que jamais adentraria numa universidade.

Desabafa sobre racismo, dizendo que sofre preconceito por ser pardo, não sendo aceito nem por alunos/as brancos/as, nem por alunos/as negros/as: “Entrei pela L2 por ser pardo e não sou aceito nem pelos brancos e nem pelos negros, devido a minha cor, pois sou muito claro, mas hoje isto não me incomoda mais, pois sei o meu valor. Entrei pelo L2, passei por uma banca e sai dali tri feliz por ver os negros naquela posição fazendo valer os nossos direitos.” (E8, 2017).

A popularmente denominada Lei de Cotas garante o ingresso para certos segmentos, antes sem possibilidade de cursar uma universidade pública, mas não faz referência às condições para a permanência. Isso será abordado no tópico seguinte.

4.2 Da permanência de estudante cotista na UFPel

Este tópico abordará basicamente sobre a forma como tem ocorrido a permanência de estudantes cotistas, que entram pelas cotas raciais (L2 e L4) na

universidade, destacando as dificuldades que enfrentam e se existe ou não preconceito.

Basicamente, a maioria das pessoas entrevistadas relatou que o maior motivo de desistência de estudantes cotistas na universidade é por não possuírem condições financeiras, o que dificulta o estudo. Muitas vezes precisam trabalhar o dia inteiro e ainda ir para a faculdade à noite.

Assim, as pessoas entrevistadas disseram que para que estudantes cotistas consigam concluir o curso, é necessário ter acesso às políticas de incentivo acadêmico e assistência estudantil, (apoio pedagógico, psicológico, auxílio alimentação, transporte, moradia e acesso a bolsas de ensino, pesquisa e/ou extensão), o que em parte já ocorre e será demonstrado no próximo tópico.

E1 (2017) diz em relação ao estudante cotista que: “ele acaba muitas vezes desistindo de seguir o curso porque [...] não tem condições financeiras nenhuma [...]. Ele fica sem ter condições de dar continuidade nos estudos dele, na formação dele”.

E1 também argumenta que muitas vezes o/a estudante cotista acaba tendo que se esforçar mais do que o não cotista, em razão dos sacrifícios que tem que realizar:

E1: E quem tem acesso às cotas, sabe muito bem o que é sacrifício, o que é trabalho e então ele vai querer ir mais adiante. Ele vai querer crescer. Ele tem vontade, tem garra e isso é importante para o aluno ter uma boa formação acadêmica e para ser um profissional melhor, um indivíduo melhor e um ser humano melhor.

E2 (2017) fala também do conhecimento que predomina na universidade, que é ocidental, elitista e branco, não contemplando os saberes e as experiências das comunidades negras. Isso leva muitas vezes as pessoas cotistas a serem evadidas da universidade:

E2: [...] a permanência não é apenas [...] material no sentido de bolsa. Também é uma permanência subjetiva porque os nossos currículos, os nossos conteúdos, a nossa maneira de pensar é muito branca e, conseqüentemente, ela causa estranhamento às pessoas que estão chegando. [...] Não evadem porque tem algo explícito que o convida a evadir, mas por um conjunto de coisas, até mesmo no imaginário, no subterrâneo, na universidade, que causa uma inadequação dessas pessoas, que historicamente não tiveram acesso à universidade.

E4 discorre sobre a permanência de estudantes cotistas, demonstrando algumas das várias dificuldades que enfrentam. Destaca ainda a necessidade de existir uma equipe de apoio, para possibilitar a continuidade do curso e, a seguir, fala um pouco sobre o curso de Antropologia:

E4: [...] e na pós graduação como vai fazer, quando tem que produzir um texto próprio, que tem que ter um estudo mais aprofundado? Ele não vai ter. Essa condição de estudo vai ser dificultada. Então acho que tem que ser sim e ser por lei [...] para entrar, mas não há uma sensibilidade ainda dos professores para isso. Acho que todo esse processo de sensibilidade tem que ser construído ainda. [...] Na Antropologia a gente teve que mudar o sistema de seleção para que as cotas funcionassem. Para que estudantes negros e indígenas entrassem. Então a ideia é de dar possibilidade efetivamente para o estudante entrar e depois que entrar ser acompanhado, porque ele precisa ser acompanhado. [...] A pessoa pode até entrar e tirar primeiro lugar, mas ela vai ser botada pra fora, então a pessoa é colocada numa condição de inferioridade o tempo todo.⁴

Sobre essas dificuldades em permanecer na faculdade, E3, aluno cotista, diz que possui dificuldade em leitura, por não ter tido essa “bagagem” de estudo no colégio, além de trabalhar o dia todo para se sustentar: “é muita leitura, é muita escrita, então realmente essa é a minha grande dificuldade, além da questão que também envolve o tempo, trabalho todo dia” (E3).

Entretanto, apesar das dificuldades, E3 destaca a força de vontade que possui e a disposição para continuar e sua intenção de não desistir do curso:

E3: Realmente não quero desistir. Acho que não tenho que desistir. Não quero. Sei da dificuldade que vou enfrentar e tenho que superar... Na verdade é uma batalha comigo mesmo, sabe. É pessoal, de desafio mesmo. Sempre tive dificuldade de leitura, sempre tive dificuldade de escrita, mas chegar à universidade e superar isso vai ser uma superação muito forte. Vai ser uma vitória para mim se chegar até o final e quero chegar. Essa é a minha ideia.

E6, estudante do 7º semestre, fala o seguinte sobre a permanência:

E6: E aí sobre a permanência, as pessoas que tive contato, que são negros e são cotistas, trabalham. Conheço pessoas negras que são cotistas, mas não trabalham e têm vários auxílios [...]. Mas as pessoas negras que são cotistas e que não conseguem, a partir do edital, ter o dinheiro que elas precisam, elas trabalham, para poder se manter. [...] Então assim é uma luta estar na universidade, independente de ter que trabalhar ou não ter que trabalhar, mas os que trabalham, já tem família e são mais velhos é um querer muito forte, é uma força que as pessoas têm. [...] As pessoas mais velhas que são cotistas, como eu percebi, já é uma ideia de mudar de vida mesmo, [...] de um sonho que a pessoa tem.

⁴ A pessoa entrevistada está aqui se referindo ao racismo institucional, que vigora na universidade independentemente das pessoas.

Por fim, E7, estudante do 5º semestre de Antropologia, destaca que os/as demais estudantes da universidade possuem resistência em aceitar cotistas. Afirma que sofre com preconceito, mas que permanece no curso pela fé, pelo amor que tem pela Antropologia e pela vontade de querer se formar:

E7: A minha permanência na universidade não tem sido fácil e falar dela sempre me causa emoção. Quando entrei na universidade, estranhei muito a linguagem acadêmica. Estava recém começando a conhecer o lugar, um lugar em que ainda hoje, no 5º semestre, sinto tanta resistência das pessoas em aceitar cotistas. Minha permanência como mulher negra e mãe começa todos os dias quando entro no banho para ir para aula. Eu, de verdade, visto uma armadura, porque nesse lugar, que não foi feito para negros e pobres, nunca se sabe se naquele dia vai encontrar um colega ou um professor ou um funcionário que irá, mesmo que inconscientemente, querer te dizer que ali não é o teu lugar. Existem várias maneiras de dizer isso sem que se verbalize exatamente dessa forma, como estou te dizendo.

A permanência de estudantes cotistas é dificultada pelo racismo institucional. A universidade não está preparada para esta sua nova configuração e para se transformar com a presença destes novos sujeitos, agregando os saberes que estes trazem de suas comunidades de origem. Programas e projetos devem ser formulados para que a garantia de permanência se efetive. No próximo tópico relatarei algumas ações que estão sendo implementadas na UFPel.

4.3 Das ações da UFPel com relação ao sistema de cotas raciais

Este terceiro e último tópico abordará como a Universidade Federal de Pelotas se organiza com relação ao sistema de cotas, em especial as cotas raciais, seja para fornecer auxílio aos/às estudantes cotistas, seja para desenvolver conscientização e sensibilização nos/as demais estudantes.

Primeiramente, é importante destacar que após intensos requerimentos e ações dos movimentos sociais, a UFPel em 2014 começou a criar uma “estrutura administrativa especialmente destinada a ações afirmativas para estudantes cotistas” (UFPEL, 2014).

Em 2014, na gestão do reitor Dr. Mauro Del Pino, ocorreu a transformação da então Coordenação de Políticas Estudantis, da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) em Coordenação de Ações Afirmativas e Políticas Estudantis (CAPE) (UFPEL, 2014). Este setor teve como finalidade a execução, manutenção e controle das políticas de inclusão social, bem como de permanência e conclusão dos cursos

por estudantes cotistas, além do “acompanhamento desses futuros profissionais enquanto egressos em suas comunidades ou áreas de trabalho” (UFPEL, 2014). Vinculado à CAPE o Núcleo de Ações Afirmativas e Diversidade (NUAAD) e o Núcleo de Projetos e Ações Positivas (NUPAPO), tendo ainda como objetivo:

[...] o estabelecimento de diálogo com a comunidade acadêmica, com os movimentos sociais, com as comunidades originárias e com os setores público e privado, além de executar políticas de combate ao racismo, à xenofobia e à homofobia, ou qualquer outra espécie de ação discriminatória, preconceituosa e agressiva (UFPEL, 2014).

Instituído em 2014, o NUAAD - Núcleo de Ações Afirmativas e Diversidade - teve por finalidade acolher, orientar e acompanhar os estudantes cotistas, através de projetos e ações articuladas junto às diferentes pró-reitorias, unidades acadêmicas e coordenações de cursos, de forma a garantir o acesso, a permanência e o reconhecimento dessa diversidade na UFPEl. O NUAAD estava ligado à CAPE - Coordenação de Ações Afirmativas e Políticas Estudantis, setor ligado à Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) e que tinha como finalidade a elaboração e a execução da política de cotas na UFPEl (UFPEL, 2014).

A criação desta estrutura institucional, que comportou CAPE e NUAAD foi resultado de articulação, empenho e pressão dos movimentos sociais e do movimento negro, em particular de Pelotas e da região. A respeito disso a entrevistada 2 (E2) diz o seguinte:

E2: Bom o Núcleo Ações Afirmativas e Diversidade, à época, foi criado juntamente com a Coordenação de Ações Afirmativas. Esses dois espaços foram oriundos de uma luta dos movimentos sociais, tanto o movimento social, como do coletivo de estudantes e também de um grupo de professores que constituíam o Fórum Cotassim. O Fórum Cotassim foi fundamental para o processo, não apenas de implementação das ações afirmativas, - porque na UFPEL as ações afirmativas vêm por força da lei -, mas pelo processo de monitoração, adequação, regulação e também do viés político.

Assim, foi através de lutas sociais que se institui e se desenvolve um processo de implementação de ações afirmativas na UFPEl:

E2: Na época (2014) tinha coordenações de políticas estudantis e nós demandamos que nessas coordenações de políticas estudantis fosse colocado o nome de ações afirmativas pra gente dar um lugar político e institucional na universidade. (AÇÕES UFPEL) Então o núcleo foi consequência da CAPE. Mas tanto a CAPE, a coordenação, quanto o Núcleo, trabalharam muito juntos. Nós não estabelecemos divisões entre coordenação e núcleo. Nós fomos construindo políticas públicas para

quilombolas e indígenas. Nós fomos fazendo acompanhamento estatístico, sendo que na universidade não tem uma base de dados que possibilite que se faça um acompanhamento.

Além disso, a CAPE tem por objetivo criar e gerenciar vagas específicas para estudantes indígenas e quilombolas. Essa Coordenação buscava ainda o estabelecimento de diálogo entre as diferentes instâncias da UFPel, outras instituições federais, além dos movimentos sociais e setores público e privado, sobre políticas e ações afirmativas. Para tanto, a CAPE contava ainda com o Núcleo de Apoio a Projetos (NAP).

Ademais, segundo E2, a CAPE e o NUAAD:

E2: a CAPE e o NUAAD têm a função de fazer uma comissão de verificação de autodeclaração. Conferir a veracidade da autodeclaração, significa dizer que a política dela está sendo acompanhada, [...] para que o sujeito de direito, de fato, ocupe essa vaga. E é claro que tanto a coordenação, quanto o núcleo, têm “N” funções, entre elas não apenas regular o acesso, mas também divulgar as ações afirmativas, porque negros e indígenas continuam achando que essa universidade não é lugar para eles. Tanto é que, se a gente for observar, grande parte da população negra e indígena estava nas universidades particulares.

Ainda sobre as ações realizadas pela UFPel, E6 diz que faz parte, desde 2015, do Projeto de Extensão denominado “Cotas: um diálogo afirmativo entre a universidade e a escola”, mais conhecido por projeto cotas, coordenado pela Profa. Dra. Alessandra Gasparotto, do Departamento de História (ICH). Este projeto visa, basicamente, fornecer informação e promover conscientização sobre o sistema de cotas e o racismo no ensino básico de escolas da rede pública de ensino, em Pelotas e outros municípios da região:

E6: A gente ia então às escolas para debater cotas, mas não só cotas, porque cotas é lei. Essa discussão sempre acarreta outras coisas, porque ela é muito mais em relação ao racismo, que é velado. Então as pessoas trazem um monte de argumentos, contra e a favor. [...] No segundo ano que participei do projeto já tinham mais pessoas que eram cotistas e eram negras que eu conheci. Eram de outros cursos que não eram das humanas, que eram das artes. Foi muito importante assim ter contato com outras pessoas e participar do projeto com outras pessoas. Ou seja, tem toda essa questão de trazer mais pessoas para universidade mesmo, essa era a ideia, de debater essa questão de educação antirracista, mas tinha um viés prático, que é esse de [que ...] as pessoas acessem essa política de ações afirmativas.

E6 ainda destaca que se surpreendeu quando começou a fazer parte deste projeto, pois percebeu que muitas pessoas sequer sabiam o significado de Universidade Federal:

E6: Sim, as pessoas não sabiam que a universidade era Federal e o significado de Federal, que Federal não tinha que pagar, que eles já pagavam os impostos que qualquer coisa tem imposto... E aí me surpreendi muito, já sabia que essa cidade era muito *apartheid*, era muito segregada mesmo [...]. É forte saber que as pessoas não sabiam, principalmente do EJA, que não tinham conhecimento sobre as cotas e a universidade... [...] Foi muito interessante o projeto e todo esse contato com as pessoas das cotas.

A nova reitoria, que tomou posse em janeiro de 2017, sob a responsabilidade do Prof. Dr. Pedro Curi Hallal, altera a conformação do espaço institucional reservado para Ações Afirmativas. A partir de abril de 2017 (Resolução nº 05, de abril de 2017 do CONSUN), o NUAAD começou a fazer parte da “CID - Coordenação de Inclusão e Diversidade”, ligada diretamente ao Gabinete do Reitor. A estrutura da CID é composta por: Núcleo de Gênero e Diversidade – NUGEN; Núcleo de Acessibilidade e Inclusão – NAI e Seção de Atendimento Educacional Especializado – SAEE; Seção de Intérpretes – SI e Núcleo de Ações Afirmativas e Diversidade NUAAD (UFPEL, 2017).

A partir da Lei 13.409/2016, que alterou a lei 12.711/2012, foi estabelecido que na Universidade, no mínimo 50% das vagas de ensino são reservadas a estudantes oriundos de escola pública e deste percentual, devem ser reservadas vagas para alunos/as de baixa renda e para pretos/as, pardos/as, indígenas e pessoas com deficiência (BRASIL, 2016). A alteração da lei leva a uma necessidade de mudança na estrutura voltada para as Ações Afirmativas.

Nessa nova estrutura institucional foram criados GTs em 2017, os quais são caracterizados por grupos de pessoas, que têm por função sugerir ações a fim de auxiliar estudantes cotistas na universidade, visando a permanência dos/as mesmos/as e a evitar a evasão e capacitá-los para o acesso à Pós-Graduação, tendo em vista a possibilidade de acesso através de cotas (RESOLUÇÃO nº 05, de abril de 2017 do CONSUN). Foram criados 3 GTs de caráter consultivo: GT - Controle e transparência; GT - Educação e Eventos e GT Permanência e Mobilidade (PORTARIA Nº1.695 de 14 de agosto de 2017).

E5: Cada um dos GTs vai ser coordenado ou por um professor ou por um técnico administrativo, aqui da Universidade Federal de Pelotas, depois terá a representação de estudantes. Um estudante indígena, um estudante quilombola e um estudante negro, mais um membro da Comissão de Controle de Identificação do Componente Étnico-racial [CCICE] e mais um representante da sociedade civil. Ou seja, essas pessoas vão ter por função

ver a necessidade, ver a falta do grupo ao qual pertence para que a gente possa determinar diretrizes. [...] Esses GTs vão ser de caráter consultivo, mas vão nos ajudar para que a gente possa implementar ações afirmativas de uma maneira real.

E5 destaca a importância dos GTs e fala sobre cada um deles, começando a sobre o GT Controle e Transparência:

E5: O GT Controle e Transparência, [...] vai tratar das estatísticas de quantos alunos estão entrando em cada um dos centros, em cada uma das unidades. Quantos estão permanecendo, desde o seu acesso. Quantos permanecem, tanto na graduação quanto na pós graduação. [...] A gente tem a noção dos editais que estão sendo abertos e quantos alunos negros, de fato, estão tendo acesso a essas informações e a essas vagas. Transparência para que a gente possa aferir as fraudes, que estejam acontecendo ou que venham acontecer. Da mesma forma, que nos ajuda, para que a gente dê encaminhamento às fraudes, que já foram denunciadas. Esse GT vai ser coordenado pelo professor Eraldo Pinheiro que é um professor da Faculdade de Educação Física.

O GT Educação e Eventos tem como foco principal a realização de palestras para cursos de graduação ou pós graduação, bem como para escolas públicas do município, sobre a possibilidade e forma de utilização do sistema de cotas. Palestras

E5: ...falando sobre essa possibilidade concreta de que as pessoas negras venham para Universidade. Eventos para que a gente possa também fazer um trabalho de empoderamento desses cotistas que estão aqui. A gente sabe que o racismo existe, não lá fora, mas dentro da universidade também e essas pessoas precisam estar empoderadas. Precisam ter informações de que são, sim, sujeitos de direito para estarem aqui. O discurso tem que estar pronto. Nós temos que ter consciência dos nossos direitos e sabermos nos defender na hora exata.

A entrevistada 5 destaca que estes eventos e palestras já vem acontecendo e exemplifica com dois palestrantes:

E5: ... conversamos com os estudantes e fizemos o dia internacional contra a discriminação racial. Veio uma professora da USP falar esclarecendo e contando toda a história das cotas: sobre a sua necessidade, sobre a sua implementação e os locais onde já existem [...] Trataremos da questão da educação e do empreendedorismo, que está ligado ao direito da etnia negra. [...] Nessa crise econômica que estamos vivendo é necessário que a gente tenha um meio de sobrevivência. Alguns não têm emprego e precisam sobreviver então de uma maneira autônoma. Poder montar uma microempresa ou poder trabalhar em nível artesanal como forma de sobrevivência. Esse é o objetivo da educação e nós vamos tratar em [...] âmbito da universidade. A doutoranda Fernanda Oliveira da Silva da UFRGS vem contar um pouco sobre sua vivência como cotista da pós graduação, os conflitos e tudo que tem vivenciado. Ela poderá contribuir para aconselhar as pessoas que estão tendo acesso às cotas e às ações afirmativas na Universidade Federal de Pelotas.

O GT Permanência e Mobilidade: a) visa mobilizar os demais estudantes,

levando estes a entenderem sobre a importância das cotas. O destaque é que muitos desses estudantes acabam entrando neste GT, para orientar e auxiliar alunos/as cotistas e b) visa realizar ações para auxiliar estudantes cotistas a permanecerem na universidade, seja através de aconselhamento, seja através de auxílio financeiro e/ou monitorias acadêmicas (Confira a Portaria Nº 1.695, do Gabinete do Reitor de 14 de agosto de 2017 e também Entrevista 5, de 2017 em anexo).

Dentro desse GT há, também, auxílio psicológico para cotistas, feito por acadêmicos da psicologia: “Da mesma forma a professora Miriam, que é do curso de psicologia, também montou um grupo de estudo, onde alunos seus estão trabalhando com terapia de grupo em nível de apoio psicológico aos cotistas” (E5, 2017).

Antes mesmo da homologação, da popularmente denominada, Lei de Cotas em 2012, a maioria das Universidades Federais, inclusive algumas particulares e comunitárias, já haviam implantado cotas para alguns segmentos antes excluídos do ensino superior como pessoas negras, quilombolas e indígenas.

As Ações Afirmativas na UFPel chegaram tardiamente, praticamente por força da Lei. Na gestão anterior e na atual percebe-se um esforço não apenas na implementação de ações afirmativas, que garantam o ingresso dos sujeitos de direito, mas na criação e no aperfeiçoamento de ferramentas institucionais para a garantia da permanência. Espero, com este trabalho, ter conseguido dar mais visibilidade para o que até agora foi implementado e ter possibilitado um canal para a escuta de algumas pessoas diretamente envolvidas com as ações afirmativas: discentes, docentes e servidores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurei através deste estudo, demonstrar a importância da existência de cotas raciais dentro da Universidade Federal de Pelotas, para o curso de Antropologia.

As ações afirmativas para a população negra são realizadas com o foco de reparar e tentar abolir as desigualdades e/ou injustiças históricas sofridas pelas pessoas negras. A persistente exclusão existente em relação a determinados segmentos da sociedade brasileira, em especial o povo negro discriminado pela cor de sua pele, impede a construção de um país com equidade e justiça social.

Em razão disso, devido à urgente necessidade de supressão da desigualdade social existente no país, diversos movimentos acabam surgindo em busca da defesa da população socialmente excluída. Em razão disso, os legisladores, pressionados pelos movimentos negros e tomando como base as ações afirmativas de origem norte-americana, aprovaram a Lei nº 12.711 de 2012, que impõe que as instituições de ensino superior público reservem parte de suas vagas para pessoas oriundas de escolas públicas, nesta estando incluída uma parcela de vagas para pessoas “pretas, pardas e indígenas”, com o objetivo de respeitar o princípio da igualdade na Constituição Federal de 1988 (UFPEL, 2017). Em 2016 é alterada a lei 12.711/2012, sendo substituída pela Lei 13.409, que inclui reserva de vagas para pessoas com deficiência.

O princípio da igualdade, previsto na Constituição Federal, traz a obrigatoriedade de que todos os indivíduos sejam tratados de forma igualitária, sem discriminações ou desigualdades, o que não acontece na prática. A política de reserva de vagas para o acesso ao ensino superior, como ação de reparação social/histórica é válida e necessária, tendo em vista a persistência do racismo e da exclusão social de determinados grupos. A aplicação destas políticas afirmativas, denominadas por “cotas”, não é somente válida, como é uma obrigação e um dever do Estado e da sociedade como um todo.

Em suma, percebi que o sistema de cotas, com suas características sociais e étnico/raciais, poderá vir a ser considerado um importante instrumento de reparação

histórica e de justiça social. Quanto às condições para a permanência de estudantes cotistas no Bacharelado em Antropologia, verifiquei que ainda não são adequadas. Todas as pessoas cotistas entrevistadas manifestaram a existência de preconceito por parte de colegas discentes e docentes, mas, mesmo assim, expressaram sua força de vontade em superar os obstáculos e chegar à conclusão do curso.

Além disso, apesar de algumas críticas com relação à falta de sensibilidade por parte de professores e da universidade sobre o tema das cotas e do racismo, percebi, e relatei no tópico 3.3, que a Universidade Federal de Pelotas possui diversos projetos e grupos que visam: a) orientar e auxiliar alunos/as cotistas; b) auxiliar alunos/as cotistas psicológica, emocional, pedagógica e financeiramente e c) realizar eventos e palestras de conscientização sobre racismo e sistema de cotas com alunos/as de pós-graduação, graduação e em escolas públicas.

Por fim, considerando tudo o que foi dito e apresentado, é possível perceber a extrema importância da existência do sistema de cotas raciais, para que se faça justiça à população negra e a sua história no município de Pelotas, o que foi destacado pelas pessoas entrevistadas.

Muitos aspectos não foram aprofundados pelo curto espaço de tempo e o número de páginas previstas, todavia pretendo continuar esta pesquisa e trazer novas temáticas não abordadas neste Trabalho de Conclusão de Curso.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luiz Alberto David; NUNES JUNIOR, Vidal Serrano. **Curso de Direito Constitucional Brasileiro**. 12. Ed. São Paulo: Saraiva 2008.

BALDUÍNO, Gustavo. **Cotas Socioeconômicas sim, Étnicas não**. 2004. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/files/flutter/Biblioteca_037_Cotas_Socioeconomicas_sim_Etnicas_nao.pdf>. Acesso em 10/07/2017.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **As cotas na Universidade Pública Brasileira: será esse o caminho?**. Campinas: Autores Associados, 2005.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acessado em 15/07/2017.

BRASIL. Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acessado em 18/06/2017.

BRASIL. Lei n.º 10.558, de 13 de novembro de 2002. **Cria o Programa Diversidade na Universidade, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10558.htm>. Acessado em 18/06/2017.

BRASIL. Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acessado em 18/06/2017.

BRASIL. Lei n.º 13.409, de 28 de dezembro de 2016. **Altera a Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm#art1. Acessado em 19/08/2017.

CAETANO, Érika. **História do sistema de cotas no Brasil**. Super Vestibular, 2017. Disponível em: <<http://vestibular.mundoeducacao.bol.uol.com.br/cotas/historia-sistema-cotas-no-brasil.htm>>. Acessado em 18/06/2017.

DA MATTA, Roberto. Trabalho de Campo. In: **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**. Petrópolis: Vozes, 1984.

DEMO. **Complexidade e Aprendizagem: a dinâmica não linear do conhecimento**. São Paulo: Atlas, 2008.

DIAS, Tatiana. **Sistema de cotas raciais: inclusão em meio à controvérsia**. 2016, NEXO. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/explicado/2016/02/24/Sistema-de-cotas-raciais-inclus%C3%A3o-em-meio-%C3%A0-controv%C3%A9rsia>. Acesso em 04/03/2017.

FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”. **Cadernos de Campo**, n.13:155-161, 2005.

FONSECA, Cláudia. Quando cada caso NÃO é um caso – pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**. Jan/Fev/Abr, 1999, nº10.

GOMES, Joaquim. B. B. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40. Acesso em 04/03/2017.

MERELES, Carla. **Cotas raciais no Brasil: entenda o que são!**. 2016. Politize. Disponível em: <http://www.politize.com.br/cotas-raciais-no-brasil-o-que-sao/>. Acesso em 04/03/2017.

MOEHLECKE, Sabrina. **Fronteira da igualdade no ensino superior: excelência e justiça social**. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo. 231 f. São Paulo, 2004.

MUNANGA, Kabengele. Políticas de Ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; SILVÉRIO, Valter Roberto. **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

PORTARIA Nº1.695 de 14 de agosto de 2017, UFPel.

QUEIROZ, Delcídes Mascarenhas & SANTOS, Jocélio Teles dos. Sistemas de cotas: um debate. Dos dados à manutenção de privilégios e de poder. **Educ. Soc.** 2006, vol. 27, n. 96, p. 717-737.

RESOLUÇÃO nº 05, de abril de 2017, do CONSUN, UFPel.

SANTANA, Olívia. **Ações afirmativas: limites e possibilidades**. 2003. Disponível em: http://www.faced.ufba.br/destaques/olivia_santana. Acesso em 05/04/2017.

SANTOS, B.S. A construção intercultural da igualdade e da diferença. In: SANTOS, B.S. **A gramática do tempo**. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; SILVÉRIO, Valter Roberto. Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica/organização. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

UFPEL. **UFPeI propõe estrutura para atender ações afirmativas.** 2014. Disponível em: <<http://ccs2.ufpel.edu.br/wp/2014/12/10/ufpel-propoe-estrutura-para-atender-acoes-afirmativas/>>. Acessado em 05/08/2017.

UFPEL. **Coordenação de Inclusão e Diversidade.** 2017. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/cid/2017/06/14/ola-mundo/>. Acessado em 19/08/2017.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. Individualismo e cultura: notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea. 8. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A – RELAÇÃO DE ENTREVISTADOS/AS

Entrevistado/a	Ligação com UFPel	Sexo	Raça/Etnia
E1	Servidor Técnico	Masculino	Branco
E2	Docente	Feminino	Negra
E3	Discente L2/ 1ª sem.	Masculino	Negro
E4	Docente	Masculino	Branco
E5	Docente	Feminino	Negra
E6	Discente não cotista/7ª sem.	Feminino	Negra
E7	Discente L2/5ª sem.	Feminino	Negra
E8	Discente L2/ 3ª sem.	Masculino	Negro (Pardo)

APÊNDICE B – DEGRAVAÇÃO E1⁵

Eu: Estou aqui com [...] né, nosso secretário, aonde ele vai falar pra nós um pouquinho do que ele acha das cotas que esse é o tema que vai ser abordado no meu TCC.

E1: Bom Beatriz, as cota, eu acho que as cotas foram importantes a partir do momento que a universidade deu essa abertura né e entrou nesse processo de vamos dizer assim, de reconhecimento, de aceitação e de inclusão né social, e ela é muito importante porque... Quantas pessoas que não tem condições de ter acesso ao ensino superior passaram a ter acesso aos mais diferentes cursos da UFPel e nós estamos sendo contemplados com cotistas dentro do curso de antropologia dos mais diferentes níveis de cotas, dos diferentes tipos de cotas e se não fossem essas cotas eu acho que eles não teriam como fazer um curso superior e ter esse ingresso né através da... E acesso ao curso superior. E a gente observa também que a continuidade desse processo faz com que o aluno, faz com que os alunos possam eles também dar continuidade e concluir seu curso dentro da universidade, porque se não o apoio através das cotas e os benefícios que eles também adquirem [...] ele acaba muitas vezes desistindo de seguir o curso porque muitas vezes não tem condições financeiras nenhuma. Então é um processo bem interessante e bem importante, ao mesmo tempo ele demanda um trabalho muito grande, as entrevistas e a seleção para oferecer os benefícios que os cotistas buscam na maioria das vezes nem sempre atende a todos, o que é uma lástima. [...]

Eu: E que precisa...

E1: E que precisa desses benefícios também, além de ter ingressado através das cotas, que ele também precisa de benefícios pra permanecer no curso, pra iniciar o curso. [...] outros tanto querendo fazer o curso, ingressar num curso superior, porque muitas vezes o ingresso desse cotista é o único membro da família que passa a ter acesso ao ensino superior e ele não tem essa oportunidade, ele fica sem ter condições de dar continuidade nos estudos dele, na formação dele. Por isso que eu sou totalmente a favor das cotas, sejam elas qual forem, por renda, por etnia, seja

⁵ 05/06/2017 – lch.

qual for a cota eu acho que é uma abertura muito importante nas universidades federais. [...] Então nós esperamos que a situação melhore e que o governo realmente aposte mais, invista mais em educação, [...]. com a criação do "Reúni", que propiciou que muitos cursos foram criados, servidores, tanto técnico administrativos quanto docentes fossem contratados em função da criação dos novos cursos, e que muitos alunos ingressassem através desse sistema né, do Reúni, desse investimento grande que foi feito essas universidades, ingressam através do Sisu e do Enem, viessem alunos das mais diferentes partes do Brasil pra nossa universidade e pra outras também. Então a gente observou um crescimento muito grande de alunos da UFPel, cursos novos foram criados, mas isso precisa ter continuidade. Se nós não tivermos investimentos em educação, a situação vai ficar muito difícil, vai parar, e quem precisa né, quem mais precisa não vai ter acesso à universidade pública, a situação vai ficar muito difícil. E a universidade se continuar assim ela vai acabar sendo elitizada e se não for privatizada.

Eu: Aí fica muito pior.

E1: Aí a situação fica muito complicada. Então eu espero que realmente esse governo ou os próximos invistam mais em educação, que vejam a universidade pública como uma coisa necessária, porque tem países que a universidade pública, no Uruguai, por exemplo, o ensino é totalmente gratuito, as universidades são gratuitas e eles falam isso com muita vontade, com muito prazer, que o ensino é gratuito, assim como na Argentina, algumas universidades. Aliás, as universidades argentinas são gratuitas e eles tem o maior orgulho de dizer isso, que a educação é gratuita e é de qualidade. Então isso que a gente espera, a continuidade.

Eu: E o que tu vê agora, porque agora saiu pra pós graduação né pras cotas também. Quando a gente fala em cotas, a gente tá falando numa reparação social. Então te digo assim, como é que tu vê isso agora que tem essa abrangência pro pós, pro mestrado e pro doutorado, aonde muitos não viam a oportunidade de poder chegar e que com isso agora, com essa abrangência, eles vão conseguir chegar lá.

E1: Claro, isso é importante. Pra chegar ao mestrado e doutorado...

Eu: Tem que passar pela graduação.

E1: Tem que passar pela graduação tá. Então é importante que esse ingresso através das cotas permaneça, continue nas universidades, e que essas pessoas que tão ingressando que vejam, que vislumbrem um crescimento profissional e

acadêmico. Então ele também tem que fazer a sua parte. – Debate sobre a permanência das cotas, e não como algo temporário

Eu: O comprometimento.

E1: O comprometimento. É a possibilidade que ele tem de fazer um curso superior, de ingressar num mestrado e ingressar doutorado, mas isso existe uma preparação muito grande e tem que querer, tem que se preparar, ele tem que participar de projetos de ensino, de pesquisas, de extensão, trabalhar em laboratórios, os professores tão à disposição pra dar o maior apoio... O aluno interessado, ele acaba sendo muito valorizado né, porque infelizmente como te falei, alguns parece que não estão nem aí pra vida acadêmica, não estão vislumbrando um futuro melhor, uma vida melhor pra si próprio. E quem tem acesso às cotas, sabe muito bem o que é sacrifício, o que é trabalho, e então ele vai querer ir mais adianta, ele vai querer crescer. Ele tem vontade, ele tem garra, e isso é importante pro aluno ter uma boa formação acadêmica e pra ser um profissional melhor, um indivíduo melhor e um ser humano melhor. Então a universidade que estiver oferecendo, esse governo que está estendendo o ingresso das cotas na pós graduação, é uma atitude muito louvável, mas tem que ter continuidade e as pessoas tem que querer porque a formação não é brincadeira.

Eu: Não.

E1: Não é brincadeira, não é fácil, porque quem ingressa através das cotas normalmente tem problemas de... Condições financeiras às vezes bastante difíceis, [...] muitas vezes trabalha também o dia todo...

Eu: Chega dormindo.

E1: Chega cansado, com fome e às vezes não tem nem como ter um recurso pra fazer um lanchinho como se diz.

Eu: É verdade.

E1: E já vem cansado. Então o que é realmente, ele vai se preparar muito bem e ele vai aproveitar a oportunidade que ele recebeu e é isso que a gente quer.

Eu: Eu quero te agradecer, tuas palavras são louváveis e eu que te conheço há tanto tempo e eu fico assim imensamente feliz porque tu vai fazer parte desse TCC, dessa minha vida acadêmica que ninguém mais que tu acompanhou, e eu agora sim to chegando ao final.

E1: É, Graças a Deus.

APÊNDICE C – DEGRAVAÇÃO E2⁶

E2: Bom o núcleo ações afirmativas diversidade à época ele foi criado juntamente com a coordenação de ações afirmativas. E esses dois espaços eles foram oriundos de uma luta dos movimentos sociais, tanto o movimento social coletivo de estudantes e também um grupo de professores que constituíam o Fórum Cota Sim, o Fórum Cota Sim ele foi fundamental pro processo não apenas de implementação das ações afirmativas, porque na UFPEL as ações afirmativas elas vêm por força da lei, mas pelo processo de monitoração, adequação, regulação e também do viés político [...]. Então nós discutimos em final de 2014 né esse espaço institucional que na época não existia na UFPEL e naquele período tinha muito essa questão burocrática, não se tinha mais espaço pra gratificações de função, e as ações afirmativas elas estavam sem lugar numa Universidade que estava completamente fechada. Na época (2014) tinha coordenações de políticas estudantis e nós demandamos que nessas coordenações de políticas estudantis fosse colocado o nome de ações afirmativas pra gente dar um lugar político e institucional na universidade. Então o núcleo foi a consequência da CAPE né? Mas tanto a CAPE, a coordenação, quanto o núcleo, eles trabalharam muito juntos, nós não estabelecemos divisões entre coordenação e (...) até porque nós tínhamos muito ou tudo a fazer e nós fomos fazendo, nós fomos construindo, nós fomos construindo políticas públicas pra quilombolas, indígenas, nós fomos fazendo acompanhamento estatístico sendo que na universidade não tem uma base de dados que possibilite, que se faça um acompanhamento. A gente fez tudo assim um tanto manual pra gente ter uma radiografia do que eram as ações afirmativas né. Nesse período também a gente não trabalhou sozinho porque nós começamos a dialogar no Fórum de ações afirmativas da região sul que reúne todas as universidades federais da região sul e que onde existem ações afirmativas os problemas são mais ou menos comuns. O que diferencia é a maneira como a gestão acolhe a política e a maneira como a gestão também demanda pessoas, demanda recursos... Demanda espaços pra que ela aconteça da melhor maneira possível, eu digo acontecer da melhor maneira possível é um pouco do que tá acontecendo agora. por exemplo, quando a CAPE e o NUAAD tem a função de fazer uma comissão de verificação de autodeclaração, conferir a veracidade da autodeclaração, significa dizer que a

⁶ 06/06/2017 – Shopping

política dela está sendo acompanhada, ela está sendo acompanhada pelo sujeito de direito de fato né, ocupem essa vaga. E é claro que tanto a coordenação quanto o núcleo elas tem “N” funções, entre elas não apenas regular o acesso, mas também divulgar as ações afirmativas porque os negros e indígenas continuam achando que essa universidade não é lugar para eles, tanto é que se a gente for observar grande parte da população Negra e indígena elas estavam nas universidades particulares né? E acima de tudo, além de controlar o acesso, a fraude e socializar a ideia de que a universidade ela está mais acessível a todos, tem também a questão da permanência, e a permanência não é apenas uma permanência material no sentido de bolsa, ela também é uma permanência subjetiva porque os nossos currículos, os nossos conteúdos, a nossa maneira de pensar ela é muito branca e conseqüentemente ela causa estranhamento às pessoas que estão chegando. A gente não evade os negros, as negras, os indígenas, os cotistas em gerais, até mesmo cotistas da escola pública, eles não evadem porque tem algo explícito que o convida a evadir, porque é um conjunto de coisas até mesmo no imaginário, no subterrâneo na universidade que causa uma inadequação dessas pessoas que não tiveram acesso, historicamente não tiveram acesso à universidade. Então o que eu posso dizer que é CAPE e NUADE eles nascem do desejo dos movimentos sociais, da luta dos movimentos sociais, assim como as ações afirmativas elas nascem da luta dos movimentos sociais, e a universidade ela nunca funcionou pensando na coletividade, nos grupos sociais disseminados e humanitários, a universidade ela funciona quase que de uma maneira reativa, os grupos que pressionam, a política passa a existir e para que aja o controle e o avanço e a incrementação efetiva é necessário que o externo esteja sempre incidindo sobre o instituído, porque o instituído ele tem... Um território que já tem donos né? Então é sempre um campo em disputa. Eu acho que é mais ou menos isso.

Eu: Tu poderias me dizer assim ó, o que tu achas como tá agora que veio pra pós graduação também essa reparação das cotas né, como é que tu vê isso?

E2: Tanto cota pra graduação como cota pra pós graduação, como cota pra quilombola e indígena, ela tem um lugar de nascimento que é a luta dos povos né, a luta dos núcleos minoritários em termos de poder. Eu acho fundamental. O que me preocupa é que a universidade ela tem que estar sempre fazendo um diálogo com os movimentos sociais, sempre fazendo um diálogo com os grupos, porque as ações

afirmativas elas não são dádivas, elas não são lutas, elas são conquistas, e como conquistas significa dizer que ela passou por um terreno de disputa e essas conquistas elas estão sempre assim numa linha tênue de serem violadas, das conquistas elas serem violadas, elas serem extorquidas, elas não acontecerem na sua efetividade. E eu acho que a universidade, gestão, professores, servidores, alunos, eles não tem mais [...] das relações étnico-raciais a ponto de que efetivamente estar instituindo cotas e as coisas vão acontecer com o tempo. Eu acho que é fundamental a questão das cotas na pós graduação, na graduação, acho que é fundamental as políticas reparativas ou de reconhecimento que tem na educação básica, [...] quilombola, eu acho fundamental. Só que as instituições elas não estão preparadas e elas não querem se preparar e existe uma intencionalidade para que as coisas perpetuem né, para que os poderes não sejam divididos. Então é necessário um longo esforço e eu acho que esse esforço ele é sempre coletivo pra que as coisas de fato comecem a acontecer. os professores eles podem ser extremamente estudados, extremamente qualificados nas suas áreas, pode ser uma compreensão de mundo, uma compreensão pode se dizer progressista de mundo, uma competição de esquerda de mundo, mas onde entra a questão das relações étnico-raciais está muito além disso né? A maneira como o racismo juntamente com a função de classe e a questão de gênero ele produz uma (...) da exclusão social, é necessário um investimento muito grande teórico, conceitual, político, pessoal, militante, acadêmico, pra que essas políticas de fato elas aconteçam. A lógica é de que essas políticas elas tentem bater um certo cerceamento né? Eu tenho pensado muito nessas questões das fraudes, eu acho que é um hiper racismo. Se o racismo por si só ele já é perverso, imagina quando eu penso o hiper. É que existe uma sensação na disputa né? E a disputa ela passa pela diferença de cor, ela passa pela dimensão fenotípica que é a realidade brasileira. Então a gente olha o espaço acadêmico e a gente não vê a representatividade fenotípica, porque a... principalmente os teóricos eles querem ficar se apegando em conceitos que são importantes, que são fundamentais, como eu me sinto, como é meu sentimento de pertença, mas que na dinâmica, no dia a dia, eles perdem a legitimidade na medida que as pessoas elas não são discriminadas, elas não sofrem violência física e simbólica porque elas tem sentimento de pertença, elas sofrem violência física e simbólica como o grande índice (...) na juventude negra, o genocídio das mulheres

negras, o feminicídio negro ele é, ele é.... Ele é exacerbado, ele é crescente, as taxas de desemprego.

APÊNDICE D – DEGRAVAÇÃO E3⁷

Eu: Gente boa noite, eu to aqui no ICH com um aluno que entrou pelas cotas étnico-raciais, ele vai nos falar um pouquinho de como ele entrou pelas cotas, a sua permanência, as dificuldades que ele tá enfrentando, pra que isso a gente possa desenvolver no meu trabalho de conclusão de curso. Então eu passo pra ele agora.

E3: Boa noite, então eu entrei esse ano né, no caso 2017, sou do primeiro semestre de antropologia (...) e é um curso que pra mim foi pelas cotas né e justamente que é a L2 que foi as cotas que eu entrei.

Eu: Das raciais e renda?

E3: Exatamente. [...] No caso pra mim tem sido muito interessante assim, até pela minha área, a questão de eu ter... De eu vir da classe operária mesmo né, eu sou pedreiro de construção civil, então eu ter chegado em 2017 na universidade pra mim é um baita desafio, eu to gostando apesar das muitas dificuldades principalmente por não ter esse hábito da leitura e esse curso que eu to fazendo é muita leitura, é muito escrito, então realmente essa é a minha grande dificuldade né, além da questão também que envolve o tempo, trabalho todo dia... Então eu trabalho de manhã e de tarde no serviço, então fica difícil eu durante o dia ter algum contato com os estudos né, então é praticamente... Eu só durante a semana eu só posso estudar a noite né depois da aula, quer dizer, eu venho pra aula, assisto a aula e depois eu tento estudar um pouco, mas é sempre difícil pelo cansaço. né, que eu procuro deixar pra de manhã também, to tendo esse hábito de tentar estudar pela manhã que é o tempo que eu tenho e no fim de semana né que aí sim, aí eu tenho sábado e domingo e tento me dedicar pros estudos, mas eu sei que... É difícil...

Eu: Sem contar que tu ainda faz muitos extras também? No sábado e no domingo, tu presta muita ajuda pra comunidade.

E3: Não, é, no caso até esse trabalho que eu fiz lá sábado passado eu tive na guabiroba fazendo trabalho de campo com a antropologia né no sexto encontro de mulheres da guabiroba, então foi... Um dia, passei o dia inteiro e claro, eu aproveito que eu tenho uma câmera, então eu já faço umas filmagens né e registro e depois eu passo pra quem tiver interessado né, gratuitamente, eu não trabalho...

Eu: (...)

⁷ 07/07/2017 – Ich

E3: É. Então eu tenho algumas coisas, mas agora no momento eu to evitando me envolver com outras coisas, eu sou voluntário numa rádio comunitária, a rádio com, mas também me afastei justamente pela razão de eu não ter como dar conta disso tudo né, agora fui convidado pra participar do DA [...] Então é uma coisa que eu gostaria de me envolver, mas realmente pela questão de eu tá no primeiro semestre e justamente essa transição né que é entrar na universidade né, essa dificuldade pra mim eu sinto realmente muita dificuldade, então isso não me permite que eu me envolva muito com outras coisas, realmente eu tenho que me focar nos estudos e tentar me superar, porque realmente são 5 matérias né, de segunda a sexta...

Eu: Bem complexas.

E3: É então a gente sente, eu sinto isso muito forte assim, mas to tentando me adaptar, não é muito, não é nada... Nada simples né, mas faz parte.

Eu: E como é tu sendo cotista?; Como é que tu sentiu unto dos teus colegas? Tivesse alguma dificuldade ou não?

E3: Em relação aos meus colegas assim?

Eu: É.

E3: Não, pelo contrário...

Eu: Foi bem recebido?

E3: Bem recebido, não sei se é porque a turma de antropologia tem uma cabeça mais aberta assim...

Eu: É.

E3: É uma gurizada realmente tranquila né, uma diversidade incrível que tem na aula assim de pessoas, então é bem legal, eu gosto muito da turma, [...] Me envolvi com a turma assim, gosto do pessoal, então essa aí não seria um problema, talvez meu maior problema realmente seja essa transição, essa vinda pra universidade de me adaptar a ela, essa talvez seja minha maior dificuldade

Eu: Que essa primeira fase que tu tá vivendo na universidade ela é super importante porque é a fase que eu chamo de adaptação, aonde a gente chega e a gente tem que mostrar o nosso potencial, às vezes a gente tá há 20 anos fora da escola sem ler, sem o hábito mesmo da leitura, eu também não tinha esse hábito, aprendi dentro do curso da antropologia, e eu acho que isso vai te fazer bastante diferença porque se tu focar... Eu sou prova disso, eu venho também da periferia, também de uma família que eu sou primeira negra antropóloga do bairro e da comunidade, então isso

tá me dando bastante ênfase porque todo mundo quer ver eu me formar, é no serviço e é em tudo que é lugar, então eu só posso te dizer assim ó, que dificuldades tu vai ter né, e enquanto assim à universidade, ela te deu algum apoio financeiro? De vales? De ônibus pra tu poder andar, pra ti poder circular, ou isso tudo tu tá provendo do teu bolso?

E3: É que na verdade eu acabei não pedindo né até pelas questões assim de ter tido um problema no andamento que eu fiquei um tempo que eu tive afastado, fiquei afastado da universidade por questões de mal entendido assim, né, então... Eu até trabalho no serviço fixo e tenho a rádio comunitária que é um serviço que eu trabalho voluntariamente só que não... Como eu não declarei né quando eu fiz a documentação, eles acabaram vendo que eu tinha um outro serviço e colocaram como se...

Eu: Se fosse uma renda.

E3: Como se tivesse uma outra renda, então tive esse problema, mas isso logo se resolveu, levou até um tempinho, mas se resolveu e eu pude retomar, mas isso me atrapalhou um pouco realmente, me atrapalhou, fiquei realmente meio desfocado que a gente chama né? Mas tamo tentando recuperar né se recuperar, esse que é o objetivo, eu realmente não quero desistir, eu acho que não tenho que desistir, não quero, eu sei da dificuldade que vou enfrentar e tenho que superar... Na verdade é uma batalha comigo mesmo sabe, é pessoal de desafio mesmo. Eu sempre tive dificuldade de leitura, sempre tive dificuldade de escrita, mas chegar na universidade e superar isso bá vai ser uma superação muito forte, vai ser uma vitória pra mim se eu chegar até o final e eu quero chegar, essa é a minha ideia.

Eu: Então tu tá tranquilo, a única dificuldade mesmo que tu fala é essa, essa adaptação, correto?

E3: Uhum

Eu: E a universidade ela te deu, então, o apoio necessário devido a esse problema dos papéis é que houve esse teu afastamento que não foi pela comissão, deixa eu deixar bem claro...

E3: Sim, sim.

Eu: Pela comissão étnico-racial, ele participou, ele nem foi pra segunda banca, na primeira óbvio né porque ele é negro, ele vem realmente de uma família que vem tentando entrar nesse meio, então eu não vejo até o porquê, deixo bem claro, que

até me surpreendeu que eu estava na banca e eu ainda digo "não, ele nem precisa passar pela segunda banca" que geralmente passa pela segunda banca. Só que fiquei muito triste depois de chegar e saber que tinha esse problema da PRAE que realmente as assistentes sociais elas procuram mesmo saber se as informações que a gente deu conferem ou não. Tens mais alguma coisa assim do curso que queres falar? Te deixo bem a vontade.

E3: Não, na verdade é interessante quando falasse que tu é a primeira da família a chegar na universidade, eu também eu viria... pra minha família né, minha família que no caso são dois irmãos, é um casal eu e a minha irmã e no caso eu sou o primeiro a chegar na universidade realmente então pra mim isso tudo me... É muito interessante assim, é muito gratificante de tá nessa luta assim. Então eu queria agradecer essa... Ter me... Essa entrevista, essa conversa, ter me dado a oportunidade de me expressar aqui um pouco, então muito obrigado.

Eu: Eu que fico muito contente, eu sei que teu tempo é corrido, mas tu tá fazendo parte do meu TCC, ele vai fazer um tcc que vai fazer grandes mudanças eu creio dentro da universidade, até mesmo porque ele tá falando de cotas e eu enfatizei, eu coloquei as cotas raciais porque eu sou negra. Eu sei as dificuldades que nós passamos pra tá aqui dentro. Vou terminando e to muito feliz em poder tá colocando e as pessoas estarem me aceitando. Muito obrigada

APÊNDICE E – DEGRAVAÇÃO E4⁸

Eu: Estamos aqui para fazer essa entrevista que vai ser adicionada no meu Tcc e aonde eu vou deixar que ele fale porque o conhecimento dele é bem amplo, já que ele foi coordenador do nosso curso. Bom dia.

E4: Bom dia. Eu fui coordenador do curso... Coordenador de momento, eu fui temporário né e depois eu fui efetivo por 3 anos até 2016, então 2013, 2014 e 2015 e 2016 eu fui coordenador do curso de antropologia. A gente na época não tinha a identificação de quem eram os alunos cotistas, a gente via que entravam negros né, a gente não teve referência nenhuma indígena na graduação né e as pessoas não estavam identificadas no sistema, então lá no sistema não identificava quem era cotista e quem não era, a gente sabia que os negros estavam entrando e tal, mas a gente não sabia se entravam por cotas ou não, mas verificava, por exemplo, estudantes que eram de baixa renda, eram negros, e que provavelmente né, nunca eram questionados sobre isso, obviamente pra não interferir, não haver uma sensação de limitação e de constrangimento, a gente nunca perguntou, mas a gente percebia que provavelmente eram estudantes que tinham entrado pelo sistema das cotas né, e aí assim, muitas questões relativas aos professores surgiam na relação desses estudantes né que eu posso dizer que aparentemente deveriam ter entrado por cotas, eu não tenho certeza né, relativo principalmente ao processo educativo às relações travadas em sala de aula. A universidade ainda é muito meritocrática né, ou seja, ela trabalha muito por mérito no sentido assim do estudante por excelência e tal, só que o estudante por excelência ele não é um trabalhador né, ele teve uma boa educação, estudante por excelência, esse colocado pro excelência ele teve boa educação numa escola privada, ele tem boa alimentação, ele tem sistema de deslocamento fácil, ele chega na universidade e extrai com facilidade, ele tem os próprios livros em casa... Então é toda uma estrutura que tu vê que o estudante que aparece ser o melhor da sala, na realidade é porque ele teve todas as prerrogativas. Normalmente são estudantes brancos né e por isso a gente identifica claramente esse processo e a necessidade de acompanhamento do estudante negro e pobre que entra na universidade e esse é um dos motivos né do próprio processo de cotas. As cotas elas são colocadas exatamente pra estudantes de baixa renda oriundos de escola pública que a gente sabe o problema da escola pública no brasil porque

⁸ 07/06/2017 – Campus 2 NUAAD

escola pública realmente tem uma grande dificuldade no processo de formação do estudante, no próprio sentido da amplitude do conhecimento, domínio do conhecimento, e isso vai refletir diretamente na universidade. mas o que eu percebo também é que o estudante na antropologia ele se sente mais acolhido, porque toda a questão dele né, a vida dele passa diariamente por processo de estudo e pesquisa desses professores do campus da antropologia, [...] então isso pra esse estudante que tá entrando ele se vê lido né, ele se vê compreendido, ele se vê entendido, o que não é muito fácil provavelmente pra outros cursos [...], onde mesmo em discussões de coordenadores, a gente tinha um fórum de coordenadores, ainda existe essa estrutura, no foro de coordenadores tu via assim da dificuldade dos professores em trabalhar com a legislação da igualdade racial que ela diz que nas universidades a questão sobre a discussão de negros e indígenas ela tem que ser transversal a todos os cursos e o que a gente percebe é que os cursos como engenharia, arquitetura [...], não conseguem entender como usar esse conhecimento transversal porque não reconhece o conhecimento oriundo dessa sociedade, desse grupo social que são os negros e os indígenas, não compreendem, acham que os indígenas trabalham com mitologias e que os negros não tem nem cultura [...]. A gente sabe historicamente que isso é uma construção científica né, a ciência criou essa... [...] o (...) dizia que os africanos não tinham capacidade de desenvolver a cultura, ou seja, de evoluir a cultura e essas ideias elas se sedimentaram de tal forma que elas tão na sociedade, tão na boca do povo como se diz, as pessoas pensam isso e falam isso e pensam por quê? porque o pensamento é construído coletivamente na sociedade e a sociedade criou toda essa legislação de cotas pra tentar reparar esse processo, pra tentar modificar esse sistema de pensamento. Então essa permanência do estudante dentro da universidade e confrontando pelo menos com a sua imagem enquanto estudante negro estudando, por exemplo, medicina, o estudante negro estudando engenharia, estudando antropologia, a sua presença física já mostra que existe uma outra realidade no mundo que não é só a realidade do mundo do homem branco, né? [...] e essa percepção ela veio fortemente constituída a partir de 88 da constituição de 88 quando essas ideias né através da constituinte toda que houve todo o embate nacional, colocou a constituição em vigor.

[...]. Mas voltando pra essa questão da ideia da reparação, ainda é... Essa questão

das cotas ela é ínfima no sentido, por quê? Porque toda questão que vem com a presença dele, ele entra numa universidade e não se reconhece, porque o seu sistema de pensamento não é gestado dentro da universidade, não se fala, se fala pela forma do branco, se pensa pelo homem branco [...] dentro da universidade isso não tem porque é um sistema que pode se dizer assim que o mundo das imagens não existe dentro da universidade, é o mundo dos textos e os textos são sem imagens [...], toda essa abundância de imagem que o negro traz ela entra na universidade e desaparece, porque ele tem que responder por texto e ele tem que ler texto. Então o texto como se fosse o produto inicial e final de todo o pensamento, quando na realidade o pensamento ele é gestado pelas práticas e pelas formas de representação e etc, na antropologia a gente conhece isso, o problema é que a universidade não é só antropologia, a universidade é como um todo. Então essa presença pelo menos física do negro com sua forma de pensar, com seu movimento, com seu swing e etc, isso já dá um impacto, mas não é um impacto final porque ainda é a presença dele, não é ele falando, não é ele produzindo seu próprio texto na sua forma de pensar porque a forma de pensar ainda é a forma de pensar do texto e da racionalidade. Então esse nível de reparação ele ainda é muito ínfimo né porque? Porque nós não temos professores negros, nós não temos professores indígenas, nós não temos um sistema numa disciplina, por exemplo, em que você vai discutir oralidade, em que você vai discutir circularidade da informação... Existe um professor que é um expert né, que é o homem branco e tal e existe o estudante que não é, que é um aluno, ou seja, um indivíduo sem luz que não é a percepção por exemplo do contexto africano que numa roda, numa circularidade de informação africana, por exemplo, o jovem e o velho tão em interação constante né, há um sistema de interação, as vozes todas são ouvidas, tanto do jovem quanto do velho [...] Então isso não existe numa universidade, quem dá aula em roda na universidade? Quando vai fazer um seminário se faz uma roda, mas quem manda é o professor e ele usa como base pra confrontação sempre o texto e o texto como imagem final e o texto... E o próprio sistema de avaliação, por exemplo, o texto como imagem final [...], todo o processo que a pessoa fez pra chegar até lá é desmerecido, o esforço e o tempo [...], os contatos, essa aproximação, isso desaparece porque o texto tem que estar impecável e se o texto não estiver impecável todo esse exercício que foi feito antes ele não existe [...] então esse é o

problema clássico da meritocracia e do pensamento branco dentro da universidade que espero que a gente consiga romper exatamente colocando mais negros na universidade como estudantes, como pós graduandos [...] não só negros como indígenas né, mas pra mudar todo esse universo e colocar um pouco mais de brasilidade digamos assim, pensando nessa universo todo que é o brasil [...]. Essa brasilidade tem que entrar na universidade e ela não tá ainda né.

Eu: Estamos caminhando

E4: Uhum.

Eu: E como tu vê o trabalho que está sendo feito? Que agora tem pra pós graduação né e mestrado eu acho

E4: Mestrado e doutorado

Eu: o que o senhor vê ?

E4: Eu acho assim, a gente ainda tá engatinhando muito nesse processo da graduação, quanto mais a pós graduação, porque apesar do estudante negro entrar como eu falei antes, ele entra, mas ele cai no mundo do branco e ele é subjugado ao mundo do branco. [...] O negro vai e na primeira avaliação que é avaliação por prova, o professor que avalia mesmo que em tese não leria o nome do estudante naquele processo de eliminação pode eliminar o negro

EU: pode

E4: Mas depois, bom, não eliminando no processo tu aprova, mas aí tem a análise do projeto e aí vai analisar o projeto e tá o nome do estudante lá e ele sabe que é estudante né e tá entrando num processo de cotas, na perspectiva do racismo esse estudante pode ser eliminado. Então a reserva de vagas não garante a entrada dele. assim como a reserva das cotas não garante a entrada do estudante do ensino médio para o ensino superior porque tu tem que trabalhar, o estudante vai escolher cursos noturnos pra fazer, então por exemplo direito diurno não vai fazer, a Odontologia que é de dia não vai fazer, a enfermagem não vai fazer, a medicina não vai fazer porque ele tem que trabalhar como ele vai ter tempo e comprar os equipamentos todos pra ser um médico, ter um computador, os livros [...], como ele vai fazer o curso de medicina sem ter uma base, sem ter um suporte? apesar da [...] ideia da bolsa permanência exatamente pra ajudar esses estudantes oriundos de escola pública, o governo federal cortou a bola na graduação, e na pós graduação como ele vai fazer quando ele tem que produzir um texto próprio, que ele tem que

ter um estudo mais aprofundado? Ele não vai ter. Essa condição de estudo vai ser dificultada. Então eu acho que tem que ser sim e for por lei [...] para entrar, mas não há uma sensibilidade ainda dos professores para isso, eu acho que todo esse processo de sensibilidade tem que ser construído ainda, não que eu to colocando uma pedra, mas é uma pedra importante porque essa situação a gente já verifica e presencia. Então o sistema na antropologia a gente teve que mudar o sistema de seleção pra que as cotas funcionasse, pra que estudantes negros e indígenas entrassem. Então a ideia é de tu dar possibilidade efetivamente do estudante entrar e depois que ele entrar ser acompanhado, porque ele precisa ser acompanhado. Essa condição de desigualdade histórica do negro [...] ela é mantida, ela não é abolida porque as pessoas tão trabalhando como operários e eles não são os donos das empresas, eles não tem tempo, eles tem que trabalhar, como tu mesmo colocava. Se eles tem que trabalhar para sobreviver, como eles vão fazer pós graduação? E fazendo pós graduação eles vão ter condições, por exemplo, de pegar uma bolsa e ir pra Inglaterra? O que ele vai fazer com o emprego dele quando voltar que não vai ter mais? Tem situações muito claras assim. E essa questão da opressão a gente tá vendo agora especificamente na pós graduação, o racismo institucional ele tá instituído e ele é poderoso, ele tira as pessoas só que ao tirar as pessoas ele diz "ah porque a pessoa não tem mérito", mas na verdade tá olhando é a cor da pele da pessoa, não tá olhando mérito nenhum [...] bota a pessoa pra fora. E é bem isso que faz de forma escrachada a universidade, então a pessoa pode até entrar e tirar primeiro lugar, mas ela vai ser botada pra fora, então a pessoa é colocada numa condição de inferioridade o tempo todo que isso acontece [...]o racismo institucional continua existindo e continua agredindo o estudante negro [...] porque não considera isso de valor, são coisas que não tem valor. E penso que sim, nós temos que mudar isso e a gente conta com a luta do negro ainda, o negro na sociedade tem lutado muito e vai ter que continuar lutando pra garantir esses direitos que são lhe dados, mas que são usurpados pro ações das pessoas brancas que ainda estão na universidade.

APÊNDICE F – DEGRAVAÇÃO E5⁹

Eu: Eu queria que ela falasse um pouco das cotas como uma reparação social e como é que ela vê tudo isso.

E5: [...] Hoje eu fico feliz a cada dia que eu chego porque eu vejo muitas pessoas Negras, muitos indígenas, muitas pessoas com deficiência que tiveram a possibilidade de realizar seu sonho. [...] As pessoas pagam imposto pra que essa universidade se mantenha, tanto a nível de professores quanto técnico administrativos, quanto funcionários de uma maneira em geral e essas pessoas que pagam seus impostos não tinha acesso a educação de qualidade e o que vinha acontecendo antes de que as ações afirmativas acontecessem de uma forma mais efetiva na UFPel, era que quem não tinha condições financeiras pagava uma universidade católica que [...] e quem tinha condições financeiras então vinha pra estudar numa universidade pública [...] então isso felizmente tá se invertendo, graças a colaboração de muitas pessoas e não só da comissão de controle na identificação étnico racial, mas também muitas pessoas enquanto professores, enquanto técnico administrativos que tem contribuído pra que as ações afirmativas aconteçam de fato e que esses alunos negros e indígenas estejam na universidade e que aqui consigam, permanecer. até chegar o seu título, até chegar a sua graduação. E felizmente a partir de fevereiro desse ano com aprovação da resolução ele pode também ter acesso à pós graduação. Nesse momento a nossa preocupação é fazer com que todos os temas relacionados às ações afirmativas, relacionados às cotas raciais aconteçam de fato a nível de conscientização dos centros e das unidades, a nível de promoção, de palestras e divulgação que existem, sim, essas cotas raciais e que estão acessíveis aquelas pessoas e negros que estudam nas escolas públicas, então nós estamos nesse momento e daqui alguns dias nós já vamos ter de direito o GT controle e transparência, o GT educação e eventos e o GT mobilidade e permanência. Esses grupos de trabalho vão ser compostos por pessoas comprometidas da universidade e da sociedade, então cada um dos GTs ele vai ser coordenado ou por um professor ou por um técnico administrativo aqui da universidade federal de pelotas, depois terá a representação de estudantes, então um estudante indígena, um estudante quilombola e um estudante negro, mais um membro da comissão de controle da

⁹ 07/06/2017 – Campus 2 NUAAD

identificação étnico racial e mais um representante da sociedade civil. Ou seja, essas pessoas vão ter por função ver a necessidade, ver a falta do grupo a qual pertence pra que a gente possa determinar diretrizes né. Vai ter um... Esses GTs vão ser de caráter consultivo, mas que vão nos ajudar pra que a gente possa implementar ações afirmativas de uma maneira real. Então falando um pouquinho de cada um dos GTs:

O GT controle e transparência, o controle vai tratar das estatísticas de quantos alunos estão entrando em cada um dos centros, em cada uma das unidades e quantos estão permanecendo, então desde o seu acesso quantos permanecem, tanto na graduação quanto na pós graduação, tanto é que a gente tem a noção dos editais que estão sendo abertos e quantos alunos negros de fato estão tendo acesso à essas informações e à essas vagas, e transparência pra que a gente possa aferir a fraudes que estejam acontecendo ou que venham acontecer, na mesma forma que nos ajuda e pra que a gente dê encaminhamento Às fraudes que já foram denunciadas. Esse GT ele vai ser coordenado pelo professor Eraldo Pinheiro que é um professor da faculdade de Educação Física.

Depois o GT Educação e Eventos então vai tratar das palestras que se façam necessárias, seja nos cursos de graduação ou de pós graduação, nas escolas públicas aqui da região e também nas escolas públicas onde vivem os quilombolas e onde vivem os [...] falando sobre essa possibilidade concreta de que as pessoas negras venham pra universidade e eventos pra que a gente possa também fazer um trabalho de empoderamento desses cotistas que estão aqui. A gente sabe que o racismo existe, não lá fora, mas dentro da universidade também, e essas pessoas precisam estar empoderadas, precisam ter informações que são, sim, sujeitos de direito de estarem aqui e o discurso tem que tá pronto, nós temos que ter consciência dos nossos direitos e sabermos nos defender na hora exata. Então esses eventos já vem acontecendo, mesmo não tendo esse GT educação e eventos tendo começado a trabalhar, mas ele já vem acontecendo, aconteceu desde o início dessa gestão [...] conversamos com os estudantes e nós fizemos o dia internacional contra a discriminação racial onde veio uma professora da USP falar e esclarecendo também e contando todas a história das cotas, sobre a sua necessidade, sobre a sua implementação, os locais onde já existem [...] trataremos da questão da educação, empreendedorismo que tá ligado direito à etnia negra, até porque nessa

crise econômica que nós estamos vivendo é necessário que a gente tenha um meio de sobrevivência além... Alguns não tem emprego e precisam sobreviver, então de uma maneira autônoma se pode montar uma microempresa, ou se pode trabalhar a nível artesanal, mas formas de sobrevivência, esse é o objetivo né, a educação nós vamos tratar em [...] no âmbito da universidade onde vem a doutoranda Fernanda Oliveira da Silva da URGS e vem contar um pouco sobre a sua vivência como cotista da pós graduação, os conflitos e tudo que ela tem vivenciado, ela poderá contribuir a nível de aconselhar as pessoas que tão tendo acesso às cotas e Às ações afirmativas na universidade federal de Pelotas [...] então esse seminário ele tem por objetivo falar um pouco do passado, falar um pouco do presente das mulheres negras que vivem em Pelotas, mas principalmente planejar o futuro. [...]

E falando assim da comissão, a comissão ela já investia de fato desde 2017, ela começou sobre a coordenação da Georgina Lima que foi a chefe da gestão do núcleo das ações afirmativas da gestão anterior, composto também por pessoas super comprometidas [...] essas pessoas permaneceram na comissão e vem contribuindo a cada dia mais e é um processo onde a gente entre erros e acertos a gente vai fazendo, vai buscando fazer o que os indígenas, os negros e os quilombolas e esses negros que estudaram em escolas públicas estejam aqui sim e que os fraudadores estejam fora da universidade já que não... Não fora da universidade, mas sim que vão buscar os espaços a eles definidos, seja por ampla concorrência ou por cotas sociais quando existem cotas para pessoas brancas que estudaram em escolas públicas e que isso às vezes não é de conhecimento, a pessoa se queixa que não tem acesso, mas existem cotas sim para pessoas brancas que estudaram em escolas públicas. [...]. Então são muitas dificuldades, eu trabalho também com a [...] arte e cultura afro brasileira e ainda ontem nós assistimos uma palestra [...] onde ela falava que o quartinho da empregada é a senzala da contemporaneidade né, ou seja, deixaram de ser escravos pra ser empregadas domésticas, desrespeitados né, onde ela falou várias exemplos de que a empregada não poderia nem comer a comida que os outros comiam e que o banheiro da empregada estava com problema e não poderia utilizar o banheiro e isso está publicizado na fan page, é "eu, empregada doméstica" que foi uma fan page que ela criou no facebook pra saber os históricos e assim é muito sofrimento que as pessoas passam, mas da mesma forma essas mulheres lutam pra que seus

filhos possam entrar em universidade, seja fazendo faxina, seja trabalhando como empregada doméstica, mas pra que seus filhos possam ter acesso à universidade. E aí a partir de todas essas lutas essas pessoas não podem ter acesso? Isso não pode ser concebido. A gente tem um quadro de mais de 1000 professores na universidade, por volta de 1200 e desses 1200 nós não temos 20 professores negros em uma população na cidade onde a gente tem 50% da população Negra que é um percentual que se repete a nível de Brasil e eu não posso conceber que vão existir só 20 pessoas negras inteligentes a ponto de estarem na universidade. Então além de trabalharmos a nível de comissão, além de trabalharmos a nível de compor os GTs quando estamos fazendo, desenvolvendo projetos de extensão e projetos de pesquisa [...]. Tenho também que salientar a importância dos projetos de ensino que vem surgindo, um deles do centro de engenharia coordenado pelo Gilson Porciúncula que também será o coordenador do GT mobilidade e permanência, eu esqueci de falar, quem será a coordenadora do GT de educação e eventos será a Adriana Gomes né... Então o Gilson montou um projeto de pesquisa pra auxiliar os alunos cotistas nas disciplinas de cálculo até os que tem mais dificuldades né, relacionados principalmente ao centro de engenharia. Então de física, de química, matemática, estão vindo a se somar ao grupo estudantes de outras unidades que querem auxiliar também os seus colegas. Então está havendo uma parceria muito grande nesse sentido para que esses alunos sim consigam permanecer, cotistas, oriundos de escolas públicas, escolas que tem greves todos os anos e que muitas vezes os conteúdos não podem ser todos vistos e que vão fazer falta aqui na universidade. Então vai existir essa possibilidade deles poderem resgatar o que não foi desenvolvido em sala de aula. Da mesma forma a professora Miriam que é do Curso de Psicologia também montou um grupo de estudo, onde alunos seus estão trabalhando com terapia de grupo a nível de apoio psicológico aos cotistas. Então são pessoas que vem a somar, nesse caso esses dois professores são negros, mas tanto professores negros quanto brancos são muito bem vindos pra que a gente possa ter uma equidade, de possibilidades de ascensão.

APÊNDICE G – DEGRAVAÇÃO E6¹⁰

Eu: Discente da antropologia, 7º semestre negra e não entrou pelas cotas entrou pela ampla concorrência. O que tu achas e como tu vê as cotas e a permanência das pessoas, se ela conhece e se ela vê que eles tão conseguindo permanecer?

E6: Enquanto estudante negra que eu percebi desde o início acho que a primeira... porque eu tinha uma visão de universidade muito de quem é de fora né? Porque quando eu estudava na escola eu estudava no ensino médio em escola particular, então a maioria dos meus colegas eram brancos, eu era uma das únicas negras na escola e na sala de aula e quando eu passei na universidade eu pensei que ia ser diferente, pensava que ia chegar aqui e ia ter bastante pessoas Negras. E também outra questão é que eu tinha uma ideia completamente diferente de universidade do que eu vejo agora, uma ideia muito fantasiosa.... Daí quando eu cheguei na primeira aula de antropologia eu percebi que acho que eu era... Tinham 4 pessoas negras na minha sala e tinham 60 pessoas na aula e aí eu fiquei apavorada, eu pensei que ia ter umas 15, sei lá, mais um pouco... E aí fui percebendo assim que seria também de novo talvez a mesma coisa, mais uma vez tendo um público majoritariamente branco pra estudar. E aí aos poucos assim no curso eu fui conhecendo pessoas negras da universidade também, a maioria que não era da antropologia e que era das ciências humanas a maioria, são pessoas das humanas, pessoas da história [...] tem pessoas que eu conheço que poucas pessoas são cotistas, pessoas que entraram comigo em 2014, ou que entraram em 2013 e eu convivi 2014, não eram cotistas [...] Essas pessoas negras tem a defesa em relação às cotas [...], até por uma questão de justiça mesmo, uma questão tipo de legado assim, ou seja, nós entramos pelas cotas, mas nós queremos que as pessoas entrem. Então mesmo eu não sendo cotista, entrei no projeto de cotas que acho que faz uma grande diferença, tipo projeto... Acho que serviu mesmo pra isso né, porque tinha essa falta de pessoas entrando na universidade, pessoas negras, mesmo tendo a política desde 2013 e aí a gente... Eu fui fazer parte desse projeto e encontrei com pessoas, encontrei outros colegas também que aí sim eram cotistas né e nós dois em 2015 fomos postos no projeto e a gente ia então ia nas escolas pra debater cotas, mas

¹⁰ 08/06/2017 – Ich

não só cotas, porque cotas é uma lei, mas essa discussão sempre acarreta outras coisas, porque ela é muito mais em relação ao racismo que é velado né, então aí as pessoas fazem um monte de argumentos e tal, contra e a favor, mas aí também no segundo ano que eu participei o projeto aí sim já tinham mais pessoas que eram cotistas e eram negras que eu conheci, que aí já eram de outros cursos que não era das humanas, que eram das artes e foi muito importante assim ter contato com outras pessoas e participar do projeto com outras pessoas, ou seja, tem toda essa questão de trazer mais pessoas pra universidade mesmo, essa era ideia, de debater essa questão de educação anti racista, mas tinha um viés prático ali né que é esse de... Que as pessoas acessem essa política de ações afirmativas. E aí sobre a permanência né as pessoas que eu tive contato que são negros e são cotistas trabalham, conheço pessoas negras que são cotistas, mas aí essas que não trabalham elas tem vários auxílios [...] mas as pessoas Negras que são cotistas e que não conseguem a partir do edital ter dinheiro que elas precisam elas trabalham né, pra poder se manter. [...] Então assim é uma luta tá na universidade, independente de ter que trabalhar ou não ter que trabalhar, mas os que trabalham e já tem família e são mais velhos é um querer muito forte, é uma força que as pessoas... As pessoas tem como [...] mas as pessoas mais velhas que são cotistas que eu percebi já é uma ideia de mudar de vida mesmo, [...] de um sonho que a pessoa tem. E acho que o projeto foi muito bom assim pra mim, pra ter contato com pessoas assim, principalmente na escola com pessoas negras, porque eu não tive contato quando eu tava na escola, e eu também não tive essas discussões, porque discussões de cotas, discussões de racismo, ou em relação À mulher negra, todas essas questões a gente não discutia na sala de aula, era sempre aquilo que ficava pra algum dia, ou da consciência negra, ou pro dia sei lá que as pessoas resolvessem falar sobre isso, ou ficava aquele debate de escravidão, aquela ideia de vítima, escravidão, que não falava nada sobre a gente na verdade né, que a gente é muito mais que isso.

Eu: É verdade

E6: E aí o projeto foi muito importante pra mim assim, até mesmo pra essas questões das cotas, achei que fez muita diferença, porque eu percebi que muitas pessoas não conheciam mesmo, não tinham conhecimento sobre as cotas

Eu: É verdade.

E6: Sim, as pessoas não sabiam que a universidade era Federal e o significado de Federal, que Federal não tinha que pagar, que eles já pagavam os impostos que qualquer coisa tem imposto...E aí eu me surpreendi muito, já sabia que essa cidade era muito apartaid, era muito segregada mesmo [...]. É forte saber que as pessoas não sabiam, principalmente no EJA que não tinham conhecimento sobre as cotas e a universidade...[...] Foi muito interessante o projeto e todo esse contato com a pessoa das cotas né. . Agora depois da comissão eu percebi uma grande diferença assim, tu olha e o campus não é o mesmo, tanto na rua... Depois da comissão né, antes da comissão eu não percebia. Eu não percebia assim. mas depois da comissão tu vê as pessoas na rua e aí tu vê a fila do RU que aí tu vê "meu deus fez uma grande diferença".[...] eu sei que vai ficar mais negro na universidade, que vão chegar mais pessoas negras, pro toda essa questão da fraude e tal.

APÊNDICE H – DEGRAVAÇÃO E7¹¹

E7: Falar o que eu acho das cotas é difícil. Eu vou falar o que acho das cotas através da minha experiência pessoal. Eu como cotista entendo que a minha inserção na universidade se deu somente através da política de cotas, sem demagogia, sem as cotas eu não teria tido perspectiva de tentar uma vaga na universidade. Quando entendi que a Lei foi criada para grupos específicos, eu entendi que ela se dá através de uma busca e uma luta para que pessoas que não estão frequentando determinados lugares possam ser inseridas nesse espaço. As cotas, pra mim, nada mais são do que acabei de falar, é a luta e a busca para que todo indivíduo tenha a mesma oportunidade, ocorrendo de forma mais justa com um grupo de pessoas que vivem e viveram a mesma situação econômica. Vivem e viveram a mesma situação de aprendizado escolar. Me refiro à escola pública quando eu falo em aprendizado escolar. A desigualdade econômica e racial que existe e existiu não é nem de perto reparada pela política de cotas. Como sujeito de direito dessa política, afirmo que ela ainda tem muitas lacunas, mas como eu escutei dizer em um evento, é melhor uma lei que ainda se tem muito o que ajustar em ação do que uma lei perfeita na gaveta.. A minha permanência na universidade não tem sido fácil, e falar dela sempre me causa emoção. Quando eu entrei na universidade, eu estranhei muito a linguagem acadêmica, estava a recém começando a conhecer o lugar, um lugar que ainda hoje no 5º semestre eu sinto tanta resistência das pessoas em aceitar cotistas. Minha permanência como mulher negra e mãe começa todos os dias quando entro no banho para ir para aula, eu de verdade visto uma armadura, porque nesse lugar que não foi feito para negros e pobres nunca se sabe se naquele dia tu vais encontrar um colega ou um professor ou um funcionário que irá mesmo que inconsciente querer te dizer que ali não é o teu lugar e existem várias maneiras de dizer isso sem que se verbalize exatamente dessa forma como eu to te dizendo. É tudo muito sutil, eu aprendi a ter uma leitura crítica sobre tudo e não é fácil, e aprendi mesmo com a leitura crítica em manter o equilíbrio. Minha permanência se dá pela minha fé, pelo amor que tenho pela antropologia, se dá pela vontade de querer me formar, minha permanência se dá também pelos aliados,

¹¹ 01/08/2017 – Residência E7

ainda que poucos eles existem na universidade, sejam eles alunos cotistas ou não, professores ou funcionários. Eu sou estudante de antropologia do 5º semestre da universidade federal de pelotas.

APÊNDICE I – DEGRAVAÇÃO E8¹²

E8: As cotas pra mim são muito importantes, pois através delas estou assumindo meu lugar por direito como homem negro, que tenho compromisso com a minha etnia.

Eu: Como você vê as cotas sendo elas uma reparação social?

E8: Olho como um direito que nos foi tirado e que agora temos após muitas lutas do nosso povo. Um direito que nos foi dado de volta. Eu com 45 anos já passei em vários vestibulares, até Direito. Eu mesmo na década de 80 estive no Direito, fiz vestibular, entrei, mas não conclui. Não tinha esse compromisso que hoje tenho em concluir minha primeira graduação. Entrei pela L2 por ser pardo e não sou aceito nem pelos brancos e nem pelos negros, devido a minha cor, pois sou muito claro, mas hoje isto não me incomoda mais, pois sei o meu valor. Entrei pelo L2, passei por uma banca e sai dali tri feliz por ver os negros naquela posição fazendo valer os nossos direitos. As cotas para mim tem que ter continuidade, pra esse monte de gente, que jamais adentrariam numa universidade. Pra mim é isso, torço por você por ser ousada e trabalhar com esse tema tão atual.

¹² 27/07/2017 – Ich